

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA

**A COLONIZAÇÃO ÀS MARGENS DO RIO DOS SINOS E AS MODIFICAÇÕES DO
ESPAÇO NATURAL 1850-1900**

JACIARA BRIZOLLA MORAES

Taquara
2013

JACIARA BRIZOLLA MORAES

**A COLONIZAÇÃO ÀS MARGENS DO RIO DOS SINOS E AS MODIFICAÇÕES DO
ESPAÇO NATURAL 1850-1900**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História, sob orientação da Prof.^a Dra.^a Dalva Reinheimer.

Taquara

2013

*Dedico este trabalho aos meus pais
Claro e Noeli, a meus irmãos, Rosimari
e Matheus e a meu esposo, Eliel Bueno
cujo incentivo é fundamental em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado forças, coragem e iluminado o meu caminho durante a trajetória acadêmica.

Aos meus pais, pela estrutura, que possibilitaram que eu fosse quem eu sou, e pelo amor que me fortalece todos os dias.

À minha família, pelo incentivo e carinho.

Ao meu esposo, pela confiança, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo apoio e por acreditar na minha capacidade.

Aos meus amigos e colegas, pela amizade, parceria, torcida e carinho que tiveram comigo durante todo o curso.

Aos professores, que contribuíram para a minha formação acadêmica; professora Elaine, Dóris e professor Jefferson, obrigada pelos ensinamentos, incentivos e pelo carinho; ao professor Daniel, que com suas aulas maravilhosas, conhecimento, e amizade sempre me motivou nos caminhos da História.

Um agradecimento todo especial à minha querida orientadora, Dalva Reinheimer, que com muita paciência e atenção dedicou seu tempo para me orientar em cada passo deste trabalho. Obrigada pelas bibliografias e referências de fontes, pela ajuda nos momentos de indefinição, pelo apoio, pelas ideias brilhantes, pelo companheirismo, pelo incentivo, por me motivar nos caminhos da História e, principalmente, pela amizade.

Agradeço ao Marcos Witt, por motivar-me nos caminhos da História, através de suas apresentações na FACCAT e pelas contribuições significativas que muito me auxiliaram na construção deste trabalho; também à professora, Andrea Petry, por aceitar contribuir para o meu trabalho, através da avaliação dos resultados finais.

Acredito que sem a participação direta ou indireta dessas pessoas maravilhosas este trabalho não teria saído do esboço; a todos vocês meu muito obrigada com todo carinho.

“As condições naturais e as realizações humanas formam, pois, uma rede de relações de cujo ordenamento os frutos constituem um todo complexo e uma realidade definida”

Milton Santos (2012)

RESUMO

Os imigrantes de origem alemã que colonizaram a região de São Leopoldo dedicaram-se, na maioria, à agricultura, e à pequena pecuária e também à extração de bens naturais. Esta pesquisa empregou a abordagem da História Ambiental para analisar a ocupação e a colonização alemã na região de São Leopoldo.

Em nossa monografia, através da pesquisa bibliográfica, pretendemos identificar a forma de ocupação da terra pelos imigrantes e as modificações ocorridas no ambiente natural que, ao longo de pouco mais de cinquenta anos, proporcionou uma degradação ambiental desse espaço. O recorte temporal compreende o século XIX, destacando o período de 1850 a 1900. Procuraremos demonstrar que a presença e as atividades humanas, assim como a ocupação no espaço, testemunham as alterações impostas ao ecossistema.

Palavras-chave: Colonização. Espaço. Ambiente. Imigração. São Leopoldo. História ambiental.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Mapa do Brasil Político	11
Mapa 2 -	Área de mata nativa no Rio Grande do Sul e região onde se difundiram as colônias mistas	24
Mapa 3 -	Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos	38
Mapa 4 -	Áreas florestais e colônias de predominância germânica ao norte do Rio Grande do Sul	44
Mapa 5 -	Mapa do Vale dos Sinos	59
Mapa 6 -	Planta da cidade de São Leopoldo	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Imigrantes alemães ao Rio grande do Sul, em 1824	10
Figura 2 -	“O começo na mata virgem”, sem data	24
Figura 3 -	Temporada Mutantur (1889), do pintor Pedro Weingärtner	30
Figura 4 -	Porto de São Leopoldo	38
Figura 5 -	Porto de São Leopoldo. Destaque para a residência e depósito da família Blauth embarcações da Navegação Blauth. 1929. Fotos do acervo da senhora Nina Schneider. Atualmente este local faz fundos com a Rodoviária de São Leopoldo.	39
Figura 6 -	Gasolina floresta. Navegação no Rio dos Sinos, 1930. Último barco que navegou entre São Leopoldo e Taquara. Foi desativado em 1940.	40
Figura 7 -	Local de desembarque dos alemães em São Leopoldo ganhou um Monumento pelo centenário da imigração, em 1924. Com o posterior Aterramento da área, o marco fica hoje no meio da Praça do Imigrante	46
Figura 8 -	Estrutura agrária e utilização do solo em uma antiga colônia	54
Figura 9 -	Fragmento da Planta da colônia São Leopoldo, 1870	60
Figura 10 -	Passo do Mundo Novo – Taquara – Início do século XX	70
Figura 11 -	São Leopoldo, 29/06/1934	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O IMIGRANTE ALEMÃO E O ESPAÇO NATURAL: UMA QUESTÃO DE ADAPTAÇÃO	23
3	IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO	43
3.1	Perfil da Região Colonizada pelo Imigrante Alemão	48
3.2	A colônia de São Leopoldo e a influência de uma colonização germânica	58
4	A COLONIZAÇÃO ALEMÃ E AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NATURAL DE SÃO LEOPOLDO	64
4.1	Degradação e Preservação, o Processo de Urbanização de São Leopoldo	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Para entendermos a forma de ocupação pela colonização alemã no Rio Grande do Sul, a partir de 1824, e as modificações ocorridas no espaço, através desse processo, faz-se necessário revisitar historicamente a própria questão da imigração pelo projeto nacional.

A imigração e colonização por imigrantes alemães no Brasil, a partir do século XIX, contribuíram para a transformação da paisagem cultural e ambiental do país, nesse sentido, alterou substancialmente a paisagem natural. Para dar suporte a essa questão, encontramos a afirmação na Revista Latino Americana de História¹

O valor que é dado a uma paisagem relaciona-se menos a definições intrínsecas de beleza do que ao resultado de processos de construção social, que alteram os espaços, não apenas em sua configuração física, mas também na forma como são percebidos pelas pessoas”. (REVISTA LATINO-AMERICANA DE HISTÓRIA, 2013, p. 112).

Por outro lado, sabemos que essa mesma colonização também é considerada um dos principais fatores do desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Através da pequena propriedade rural, da mão de obra livre, do regime de trabalho familiar e da policultura, a colonização germânica contribuiu como fator principal do desenvolvimento regional do Brasil meridional. Nesse sentido, Eduardo Relly² comenta que:

Naquele tempo, o Brasil firmava-se enquanto nação independente, suas fronteiras encontravam-se ameaçadas, o interior do país era estranho para a grande parte das autoridades, que, por sua vez, o concebiam como “sertão”, e o seu modo de produção predominante (a força de trabalho escrava). (RELLY, 2013, p. 11).

Mas, além da abordagem comumente atribuída à colonização que se refere à economia, também há sobre a imigração e colonização alemã uma história político-cultural que se refere especialmente aos aspectos de integração entre os imigrantes e seus descendentes no contexto brasileiro. Conforme René Gertz, em sua apresentação na obra de Marcos Tramontini. A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850) Unisinos, 2000, “a história social destaca a contribuição social, econômica e demográfica, já a história cultural, refere-se à incompatibilidade fundamental das

¹ Revista Latino-Americana de História. v. 2, n. 8, out. 2013.

² RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: Imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. Lajeado, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/330>>. Acesso em: 19 out. 2013.

culturas brasileiras e alemãs” (TRAMONTINI, 2000, p. 8). O autor ainda comenta que a primeira era menos interessada em incompatibilidades naturais, mas aponta para os erros do projeto de colonização o qual teria localizado os imigrantes em regiões isoladas, no caso do Rio Grande do Sul, em agrupamentos homogêneos do ponto de vista étnico e religioso.

A justificativa para essa forma de ocupação priorizada pelo projeto imigrantista a ser aplicado no Rio Grande do Sul era justificada uma vez que, no início do século XIX, havia a necessidade de se modernizar a produção e o trabalho no Brasil. Diante de inúmeros desafios, a imigração alemã foi uma opção geopolítica e socioeconômica de grande envergadura por parte de seus investidores. Conforme Fernandes³ (2011), abrigar os colonos vindos para São Leopoldo e chegados ao Porto das telhas na Feitoria do Linho Cânhamo⁴, em 25 de julho de 1824, era uma forma de garantir o avanço da ocupação territorial (figura 1).



Figura 1 - Imigrantes alemães ao Rio grande do Sul, em 1824.

Fonte: Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/Wikipédia/commons/thumb/c/c4/Alem%C3%A3es2.jpg/270px>>. Acesso em: 3 nov. 2011.

Como a capital do Império, Rio de Janeiro possuía uma distancia geográfica e de logística em relação à Província do RS, a colônia contribuiria com a modernização da produção e atenderia ao mercado interno na forma de economia subsidiária. Assim, sendo decisiva a instalação da colônia de São Leopoldo na Feitoria do Linho Cânhamo, temos a primeira colônia de origem germânica no Rio Grande do Sul.

³ FERNANDES, Doris Rejane. Pelos caminhos da Rua Grande: da colônia à cidade, 2011. In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. **Pelos caminhos da Rua Grande História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

⁴ Feitoria era um estabelecimento do Governo. Linho Cânhamo é uma planta herbácea de pequeno porte, da qual são extraídas fibras utilizadas na confecção de cordas e de velas para barcos. MÜLLER, Telmo Lauro. Imigração Alemã sua presença no RS há 180 anos. Porto Alegre 2005.



Mapa 1 - Mapa do Brasil Político

Fonte: Disponível em: <www.mundoeducacao.com>. Acesso em: 5 nov. 2013.

O projeto estatal⁵ criou a colônia de São Leopoldo aproveitando a estrutura existente na Feitoria do Linho Cânhamo. Era uma área distante do centro do poder de decisão do império, Rio de Janeiro, e servia de modelo para os latifundiários e senhores de escravos.

São Leopoldo foi, portanto, a primeira colônia de origem alemã a ser instalada no Rio Grande do Sul e está inserida na macro-história do Brasil como parte da história sulina. Apresenta, ainda, como fator modernizador a mão de obra no Brasil e se tornou, mais tarde, o ponto abastecedor, celeiro do centro norte do estado. Foram justamente esses fatores que levaram a ter seu espaço natural modificado ao longo do processo de ocupação alemã. Esse quadro despertou nosso interesse em conhecer mais sobre a história dessa região, buscando, através dela, verificar como ocorreu o processo de imigração e colonização alemã e identificar quais as modificações ambientais ocorridas e em que circunstâncias ocorreram essas transformações no ambiente natural ao longo do processo de ocupação, no período que compreende de 1850 a 1900. Quanto á metodologia nos valeremos de fontes bibliográficas. O estudo bibliográfico constitui uma fonte fundamental para as pesquisas dos historiadores e cientistas sociais. Conforme Relly:

As teorias utilizadas possibilitaram ao pesquisador entender dinâmicas e comportamentos que, por vezes, pareciam insignificantes ao problema de pesquisa. Porém, colocadas à prova dos rigores conceituais e de suas perspectivas, adquiriram um significado novo, enriquecendo as abordagens e grandes novos conhecimentos e questionamentos. (RELLY, 2013, p. 17).

Outra fonte, de acordo com Eduardo Paiva (2002)⁶, contribui também para um melhor entendimento das formas por meio das quais, no passado, as pessoas representam sua história e sua historicidade e se apropriam da memória cultivada individual ou coletivamente são as

⁵ *Ibidem*, p. 35.

⁶ PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

representações icnográficas, as imagens construídas historicamente. Conforme o autor, essa fonte nos possibilita ainda, por meio de outros valores, interesses, problemas, técnicas e olhares, compreender, enfim, essas construções históricas. De acordo com Paiva:

[...] as imagens construídas historicamente que, associadas a outros registros, informações, usos e interpretações, se transformaram, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado. Essas imagens são, geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São portanto, representações que se produzem nas variadas dimensões da vida no tempo e no espaço. (PAIVA, 2002, p.12-13).

No estudo do passado entre a realidade retratada e outras realidades, tanto no passado quanto no presente, esses registros são vistos e compreendidos de maneiras diversas pelos historiadores e podem ser utilizado também para analisar processos históricos.

Nesse sentido, faz-se necessário um entendimento teórico no que se refere a este estudo, a modificação do espaço ambiental dentro de um processo histórico. Cada vez mais, percebe-se um engajamento por parte de historiadores para um maior entendimento dos processos históricos, especialmente, no que se refere às questões ambientais. As formas de interação humana com o meio ambiente acabam refletindo nos ecossistemas, trazendo ao palco principal da história a história ambiental. Assim, a História Ambiental não oferece somente novos caminhos para pensar sobre a história, mas também novas formas de pensar e agir não sobre, mas com a natureza. Conforme Relly⁷, as ciências históricas não pautaram seus objetivos de pesquisa levando em consideração o relacionamento dos aspectos ambientais e humanos. Nesse sentido, a história ambiental surge como um novo fazer histórico, uma tentativa de responder aos enormes desafios que a crise ambiental interpõe à comunidade humana. A História Ambiental possibilita nos pensar em novas formas de se fazer comparativos e identificar como era a região de São Leopoldo desde a chegada do imigrante alemão e como foi sua relação com a natureza dentro do período abordado. Conforme Martinez (2006), a questão ambiental é historicamente nova. É entendida como uma série de obstáculos culturais e materiais e de riscos concretos que se erguem diante da qualidade da vida humana e como um processo de extinção de espécies da fauna e da flora que contém inúmeras implicações de ordem socioeconômica. Diante dessa temática, podemos verificar que a questão ambiental adquiriu grande importância nas últimas décadas, ainda, segundo Martinez,⁸ (2006, p. 11):

⁷ *Ibidem*, p. 27.

⁸ MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

Fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças desconhecidas até pouco tempo, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se crescentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana, para as quais são buscadas alternativas nos dias que correm. (MARTINEZ, 2006, p. 11).

Constatamos que, cada vez mais, observa-se uma grande demanda social pelo conhecimento histórico e, dentro desse, pela História Ambiental. Nas últimas décadas, aconteceram importantes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais vinculadas ao meio ambiente que precisam ser explicadas e entendidas a partir de pesquisas já realizadas e de muitos outros estudos que ainda deverão ser feitos; diante disso, podemos afirmar que ampliar o conhecimento e a compreensão da história da colonização alemã em São Leopoldo, incluindo a abordagem socioambiental, torna-se cada vez mais relevante às sociedades contemporâneas, especialmente, no que se refere aos aspectos de degradação e modificação ambiental. Portanto a História Ambiental pode contribuir nessa abordagem, pois conforme Martinez⁹ (2006), afirma que a História Ambiental é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação. Contudo, o meio ambiente não constitui um objeto de estudo exclusivo da História e demais ciências sociais, como a Geografia ou a Antropologia, mas comporta múltiplas abordagens disciplinares, um domínio do conhecimento comum às ciências físicas e biológicas. Diante dessa situação, o meio ambiente, sendo um objeto interdisciplinar, a História Ambiental converte-se num campo aberto de experimentações, pois a História possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza, no passado, segundo Martinez (2006, p.23):

As problemáticas ambientais trazem embutidas, ainda, projetos de ação educativa e para o ensino de História, ambos requeridos para a Educação Ambiental. Alarga-se o campo de atuação profissional dos historiadores. A História Ambiental, por sua vez, oferece inúmeras possibilidades de interrogação sobre o presente, e a partir deste, também sobre o passado. O que faz dessa abordagem um fecundo procedimento para a compreensão dos mecanismos sociais de exploração do trabalho e da natureza ao longo do tempo (MARTINEZ, 2006, p. 23).

Worster¹⁰ comenta que a História Ambiental surgiu nos anos 70, do século XX. Ela nasce da impossibilidade de se negligenciar a pressão sobre os recursos ecológicos na duração histórica. O fundamento da História Ambiental é a inserção no meio ambiente da história

⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹⁰ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p.198-215. *apud*. RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: Imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. Lajeado, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/330>>. Acesso em: 19 out. 2013.

humana, fato largamente ignorado pela comunidade de historiadores. (WORSTER, 1991, p. 2, *apud*. RELLY, 2013). Worster (1991, p. 5, *apud*. RELLY, 2013) compreende a História Ambiental a partir de uma perspectiva de que a história humana não se fez sem restrições das forças da natureza e que essa é uma agente da história. A Nova história de Worster¹¹ conserva o significado da natureza como um elemento de contraste relativo com à ideia de cultura e conforme o autor:

A oposição Humano-Natureza adquire para Worster uma acepção que diz respeito ao reconhecimento da existência de forças que operam no mundo sob ordens diferenciadas. É evidente que o mundo natural obedece a processos que não foram criados pelo homem. Dentro dessa ideia que se situa a especificidade da história ambiental e a distinção entre “artefato” e “natureza”. A partir destas argumentações, Worster define três modalidades de estudo que podem ser encaradas dentro de uma perspectiva central da história ambiental. Em primeiro lugar, uma baseada na história dos ecossistemas; uma história que tenha em vista o enfrentamento da questão entre a aplicação de tecnologia sobre o ambiente (história socioeconômica) e o poder de decidir sobre o ambiente; e uma história dos significados da natureza pelos seres humanos. (WORSTER, 1991, p. 2, *apud*. RELLY, 2013).

Pádua (2010) comenta que a História ambiental pode ser compreendida de acordo com a descrição em níveis propostas por Worster. Conforme o autor:

Nesse sentido, cumpre ao pesquisador manter uma postura de abertura à interferência de fatores que não devem ser preconcebidos (como por exemplo a ideia de ambientalismo em perspectiva anacrônica). Eles, contrariamente, devem caminhar de acordo com as investigações do historiador. Por conseguinte, “o desafio analítico da história ambiental é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo”. (PÁDUA, 2010, p. 97, *apud*. RELLY, 2013, p. 29).

Drummond¹² (1991) reclama à

[...] história ambiental o estudo sobre o tempo da Terra, mais profundo e incisivo do que o tempo das sociedades (o relógio cultural). Nessa acepção, o autor evidencia que a história ambiental deve se comportar através de uma abordagem interdisciplinar, pois os objetivos da história do meio ambiente são extremamente abrangentes. (DRUMMONDT, 1991, p. 179, *apud*. RELLY, 2013, p. 28.).

¹¹ *Ibidem*, p. 29.

¹² DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 4,n.8,1991,p.177-197. *apud*. RELLY, Eduardo. Floresta, capital social e comunidade: Imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920). Lajeado, 2013

Espíndola¹³ (2012) alerta que a história ambiental é um espaço de saber onde se entrelaçam processos e dinamismos de ordens diferentes tanto em qualidade quanto em quantidade, conforme o autor:

A relação natureza e sociedade é formada por uma tênue divisória. Porém, no lado da sociedade, encontra-se o homem, parte da natureza, mas “com diferença de que se reproduz com mais velocidade e intensidade do que outras espécies por conta de sua economia, organização social, cultural e política”. A natureza “não é objeto [...] é modificação, mudança”. Cabe, portanto, ao historiador se munir de ferramentas teórico-metodológicas que extrapolem a disciplinarização do conhecimento, o que revela também a complexidade da práxis em história ambiental. (ESPÍNDOLA, 2012, p. 188. *apud*. RELLY, 2013, p. 30).

Espíndola¹⁴ ainda comenta que a história torna-se muito diferente quando vista em seu contexto ambiental, abrindo múltiplas possibilidades para a investigação e incorporação de novos tipos de fontes, diferente das habitualmente usadas pelos historiadores, de acordo com o autor:

A questão das fontes e de sua utilização é uma preocupação inicial porque assistimos a uma tendência de negligenciar a tarefa da crítica e análise documental, ou seja, no lugar de testemunhas que serão submetidos a rigoroso interrogatório, as fontes são tratadas apenas como informantes “úteis” para a escrita da história ambiental. Fica a dúvida em relação aos critérios de escolha dos informantes e das informações úteis. Há uma espécie de encantamento com fontes “ambientais”, mas essas são invenções originalmente de outra natureza: econômica, social, cultural, científica e, sobretudo, política. (ESPÍNDOLA, 2010, p. 167-168).

Conforme Espíndola (2010), uma premissa dos historiadores ambientais é reconhecer que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são naturais. Natureza não é objeto, mas uma dinâmica da qual o ser humano é parte, no sentido que não pode existir fora dela, mas com a diferença de que ele se reproduz com mais velocidade e intensidade que outras espécies, por conta da sua economia, organização social, cultural e política.

Outro aspecto a ser considerado dentro da perspectiva teórica é o estudo regional. Durante o século XIX, os estudos de História Regional foram feitos sob a influência do Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB) e de seus congêneres provinciais /estaduais. O relacionamento do nacional com o regional era reduzido à descrição de impactos de

¹³ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: KLUG, João; NODARI, Eunice Soeli. História ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 77-85. *apud* RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: Imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. Lajeado, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/330>>. Acesso em: 19 out. 2013.

¹⁴ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. 2010. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História Ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

grandes acontecimentos na História do país nos espaços subnacionais. Atualmente, esse pressuposto está sendo revisto e trabalham-se mais com as questões da História Regional e, conseqüentemente, esses estudos nos aproximam da geografia.

A História Regional não se trata especialmente da História que lida com pequenas porções de um determinado estado ou uma área determinada pela geografia física¹⁵; ela vê o lugar, a região, o território como a natureza da sociedade e da história e não apenas o palco imóvel onde a vida acontece. Ela é história seja na sua forma econômica, social, demográfica, cultural ou política. A História Regional constitui uma abordagem específica, uma proposta de estudo da experiência de grupos sociais historicamente vinculados a uma base territorial.

Partindo dessa ideia, temos que conceituar o que se entende por região. Existe uma longa e complexa discussão na Geografia sobre o conceito de região. O recorte regional deve ser pensado de forma dinâmica, sem perder de vista a existência de processos que implicam no contínuo reajustamento das “fronteiras”. A região é um determinado recorte do espaço terrestre, um espaço natural, político, técnico e cultural, para pensar região são necessários ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural na direção do espaço vivido; dessa forma, relevo, clima, vegetação, hidrografia e ecossistemas não são suficientes para definir uma região, porque é preciso saber como seus habitantes vêm estabelecem relações entre si e com aqueles que vêm de fora, quais sentimentos nutrem pelo espaço que historicamente ocupam e construíram. Conforme, Marcos Lobato Martins,¹⁶ em seu artigo *História Regional*, o recorte regional deve ser feito de uma forma dinâmica, pois para o autor:

[...] a região precisa ser vista como totalidade aberta e em movimento, atravessada por fluxos de energia, matérias (como água, sedimentos, partículas trazidas, interesses, poderes, seres vivos). O recorte regional deve ser pensado de forma dinâmica, sem perder de vista a existência de processos que implicam no contínuo reajustamento das “fronteiras” (MARTINS, 2009, p. 143).

A região assim definida permite visualizar o estudo do ambiente. A realização de uma pesquisa de História Ambiental aponta, sobretudo, para questões relativas ao meio ambiente que estão presentes nos processos do passado da humanidade. O pesquisador Donald Worster¹⁷ (*apud* MARTINEZ) incorporou a ideia de que a época moderna desencadeou uma segunda revolução no uso da terra. Em termos simples, podemos dizer que se trata do papel

¹⁵ Geografia física - conforme Milton Santos “Assim, o homem é o sujeito, enquanto a terra é o objeto. É em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado”. (SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 98).

¹⁶ MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. *Apud* PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

¹⁷ WORSTER, *apud* MARTINEZ, 2006, p. 61.

de lutar da natureza na vida humana. Por meio de uma abordagem histórica, é possível observar as mudanças de atitudes dos seres humanos em relação à natureza no decorrer do tempo.

Elementos naturais, como as florestas tornam-se parte dos elementos que formam a paisagem¹⁸ cultural de uma determinada região. Conforme Cardoso¹⁹ (1997), podemos verificar que a paisagem física se difere da paisagem cultural. De acordo com o autor:

A distinção entre paisagem física e paisagem cultural, como feita na história, e que ainda prevalece na geografia, deve ceder espaço para uma nova visão, cuja ênfase recaia nos resultados da ação do homem sobre o meio ambiente. Devemos entender a natureza, nesta visão, não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana [...] a natureza virgem não mais do que um mito criado pela ideologia de civilizados sonhadores de um mundo diferente do seu. (CARDOSO, 1997, p. 204).

Problemas com os sistemas agrícolas podem trazer grandes modificações no processo de colonização, uma delas é o tamanho adequado das propriedades produtivas, tal qual ocorreu na colonização alemã de São Leopoldo, considerando que o que irá formar a paisagem cultural é o resultado das condições naturais que a natureza proporciona. A exploração florestal contribuiu também para a exploração da madeira, que se alcançava uma produção significativa; além de produtores agrícolas, os colonos alemães também eram lenhadores e produziam a madeira.

Quando os negócios se desenvolvem muito melhor e a produção agrícola é estimulada, ocorre para uma maior circulação dos produtos. Santos²⁰ (2012) nos fala que é dessa forma que a organização do espaço é importante para um estado, pois para o autor:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2012, p. 153).

Constatamos que o espaço organizado pelo homem dispõe de uma autonomia que se manifesta por si própria e pela sua evolução. A estrutura espacial é ativa e o espaço não é um produto terminado, mas sofre constantes transformações. Para o homem, a natureza sempre

¹⁸ Paisagem, de acordo com Milton Santos é tudo o que nós vemos o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons e etc.

¹⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

²⁰ SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: DUSP, 2012.

foi essencial para que pudesse interagir com o meio. “A natureza foi sempre o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social”. Mas, para que o animal homem se torne o homem social, conforme Santos²¹ (2012), é indispensável que ele também se torne o centro da natureza, pois para o autor:

A promoção do homem animal a homem social ocorreu no momento em que ele passa a produzir, pois isso significava tirar, extrair da natureza os elementos indispensáveis à vida. A produção e também ao aperfeiçoamento das técnicas de trabalho. Essa produção ocorre quando ele passa a trabalhar junto com outros homens em conjunto a fim de alcançarem seus objetivos. Para que a produção ocorra se fazem necessárias uma organização social e a divisão do trabalho. (SANTOS, 2012, p. 201).

A produção impõe ritmo à vida e às atividades dos homens, impõe a utilização disciplinada do espaço e do tempo. Os modos de produzir sofrem modificações, as relações do homem com a natureza mudam, a natureza se transforma pela produção e não há produção sem instrumento de trabalho, conforme Zarth.²²

A organização espacial em muitos casos, passou a ser determinada pelo mapa quadriculado e numerado desenhado no gabinete de um engenheiro. Em alguns casos, o projetista não considerou a hidrografia e o relevo delimitando “linhas coloniais” posteriores, ele nos dá uma ideia de como alguns agentes da colonização entendiam o meio ambiente. (ZARTH, 2012, p. 66).

A relação homem (produtor) e espaço (da produção) se manifestam quando o homem começa a produzir, quando trabalha em equipe, num regime de cooperação, ou seja, numa sociedade, com a finalidade de alcançar objetivos em comum. No processo de colonização, em São Leopoldo, não foi diferente. De acordo com Jorge Luiz da Cunha²³, em seu artigo *Imigração e colonização alemã* (2006, p.279):

A história da imigração e colonização alemã no Brasil, é sobre tudo, a história das experiências de povoamento realizadas ao longo do século XIX até a metade do século XX. Elas desencadearam um processo importante, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento e composição étnica da população especialmente do sul do país, quanto à transformação social, através da difusão de novas relações de trabalho e de mercado que influenciaram as práticas tradicionais no campo e nas cidades. (CUNHA, 2006, p. 279).

²¹ *Ibidem*, p. 201.

²² ZARTH, Paulo Afonso. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. 2012. In: NODARI, Eunice Sueli, KLUG, João. **História Ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

²³ CUNHA, Jorge Luis. Imigração e colonização alemã, 2006.

O recorte temporal de nosso estudo encontra-se justamente no século XIX, quando se inicia uma nova etapa fundamental para o desenvolvimento de técnicas de produção, surgem as estradas de ferro, o navio a vapor, as indústrias e as formas de trabalho se modernizam. A natureza se transforma pela produção. Esse é o encontro entre a História e o ambiente que nos permite estudar a História e a natureza de forma homogênea, ou seja, a relação entre o homem e o seu espaço.

Para Milton Santos²⁴ todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção, mas tanto o espaço, quanto a paisagem resultam de movimentos superficiais, uma realidade de funcionamento unitário, um conjunto de relações, formas, funções e sentido. Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Ela pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Conforme Santos (2012), a paisagem é formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. Para o autor:

A paisagem artificial é aquela que é mudada pelo homem e a paisagem natural é aquela que não é modificada pelo homem. A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva exige uma espécie de trabalho. Uma paisagem vai criando-se aos poucos, é um conjunto de objetos com idade diferente, cada um a seu tempo, é uma herança de muitos momentos. A paisagem é portanto objeto de mudança. (SANTOS, 2012, p. 67).

O homem vai construindo novas maneiras de produzir, o que reúne sistemas sociais. É através da paisagem que irá se formar um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas e construir os espaços. Isso foi perceptível no processo de colonização no Rio Grande do Sul e, de forma mais específica, em São Leopoldo. A modernização da agricultura introduz formas novas de organização espacial. Conforme Zarth²⁵(2012):

As araucárias, a erva-mate e o capim dos campos nativos influenciaram as pessoas para determinada organização do espaço. Uma nova fase, que inicia no final do século XIX, estava centralizada nos interesses da colonização, que jogou a agricultura contra a floresta. Os colonos, com base na propriedade privada de pequenos lotes de terra, passaram a ver a floresta como um estorvo, algo a ser destruído a ferro e a fogo, como diria Warren Dean (1996). No seu lugar, o colono poderia plantar cereais, como o milho e trigo (ZARTH, 2012, p. 66).

²⁴ *Ibidem*, p. 67.

²⁵ ZARTH, Paulo Afonso. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. 2012. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Org). **História Ambiental e migrações**. São Paulo: Oikos.2012.

Em relação à agricultura, foram praticadas inúmeras queimadas, mutirão e rotação de terras; os colonos, em lotes relativamente pequenos, inviabilizavam tais práticas, como os sistemas de cultivo, pois dessa forma, poderiam obter mais espaço para suas plantações. Nessas colônias, parte do mato foi removido pelo trabalho humano com o uso do machado e do fogo e, nas terras férteis das roças novas, se desenvolveu-se uma agricultura destinada à subsistência e ao abastecimento do mercado interno, que utilizava trabalho familiar e ferramentas manuais. Segundo Marcos Gerhardt²⁶ em seu artigo *História Ambiental (1930-85)*, diversas espécies de animais, como a anta, a onça pintada, o veado, o tamanduá tiveram sua população drasticamente reduzida, mortas em caçadas, eliminadas porque eram consideradas perigosas, ou tiveram a sua reprodução e manutenção inviabilizadas pelas mudanças ambientais reduzidas. Na compreensão da época, eliminar os animais indesejados, substituir o mato por lavouras, pomares, estradas e vilas significava, além da necessidade dos colonos, o progresso, a vitória do trabalho humano, o triunfo da ciência e da tecnologia sobre a natureza.

O estudo da História Ambiental também encontra justificativa quando se percebe a nível mundial que a natureza está cada vez mais ganhando elementos culturais pois o homem vai aperfeiçoando suas técnicas de cultivo, fazendo com que a sua presença, na face da terra, cause grandes transformações no mundo, tornando o homem o centro do universo. Segundo Santos²⁷ (2012), a relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva, necessita de um tipo de instrumento de trabalho, pois para o autor:

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando cada vez mais complexo, exigindo mudanças correspondentes às inovações. Por meio de novas técnicas, vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos. (SANTOS, 2012, p. 74).

Na relação da natureza com o meio ambiente, o homem tem uma atitude de invenção, a execução do trabalho aumenta a sua inteligência, dessa forma deve-se levar em conta que o trabalho é um processo de troca recíproca entre homem e natureza. O homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar formas ou objetos culturais, artificiais e históricos. Essa complexa relação também se explica pela geografia.

²⁶ GERHADRT, Marcos. **História Ambiental (1930-85)**. 2007. v. 4 (Coleção História geral do Rio Grande do Sul).

²⁷ *Ibidem*, p. 74.

Para estabelecermos um comparativo no que se refere ao ambiente, podemos dizer que a atual geografia compreende o ambiente no esforço de conjugar a natureza, o físico, o entorno, os objetos, tanto no meio social como individual, de analisar a singularidade do sujeito. Os elementos geográficos sejam eles naturais, artificiais são fundamentados na complexa ciência geográfica contemporânea, constituindo partes de um todo, e este todo é representado pelo objeto de estudo em geografia, ou seja, o espaço geográfico:

Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo, e igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (SANTOS, 1985, p. 6-7).

Seguindo esse raciocínio sobre a natureza, espaço e meio ambiente, temos a possibilidade de um entendimento, que envolva a complexidade através das variadas leituras, em um âmbito reflexivo e crítico, para melhor compreensão do espaço natural o qual será abordado mais adiante.

Milton Santos²⁸ (2012) fala que a dinâmica social é dada por inúmeras variáveis econômicas, culturais, políticas, entre outras, que cada momento histórico, conforme Santos (2012) atribuem uma significação e um valor específico ao meio técnico criado pelo homem, isto é, à configuração territorial. De acordo com o autor:

A configuração territorial ou configuração espacial é dada, conforme já buscamos descrever, e pelo arranjo, sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: Plantações, canais, caminhos, portos e aeroportos, redes de comunicação, prédios, residências, comerciais e industriais etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. O conjunto dos objetos criados forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção, que evolui em função desta (SANTOS, 2012, p. 120).

Da mesma forma, a preocupação com a fauna e a flora da região que perderam a sua força e passaram despercebidos aos “olhos do governo imperial” que almejava o desenvolvimento econômico da região a qualquer custo. É interessante refletir sobre o papel desenvolvido pelas políticas públicas que, fomentadas pela ideia de progresso, revelam o descaso com as questões relacionadas ao meio ambiente e sua preservação.

Além dos conceitos da geografia, e outras fontes importantes para se estudar a História Ambiental são os relatos de viajantes, embora eles não devam ser tomados ao pé da letra, mas no sentido de conter informações valiosas sobre um período que marcou a história daquele

²⁸ *Ibidem*, p. 120.

espaço. Os viajantes viveram aquela época, mas certamente o historiador atual deve tomar posse dessas informações, relendo-as e, ao mesmo tempo refletindo sobre o processo histórico daquele período.

Neste trabalho, será realizada ainda a separação entre as fontes que falam sobre a imigração alemã no vale dos Sinos e as teorias relacionadas ao meio ambiente, através dessas fontes se fará a contextualização e a redação final do processo de ocupação e imigração alemã em São Leopoldo e as principais modificações ambientais que essa colonização proporcionou ao ambiente natural no período que corresponde 1850 até 1900.

2 O IMIGRANTE ALEMÃO E O ESPAÇO NATURAL: UMA QUESTÃO DE ADAPTAÇÃO

No Rio Grande do Sul, nas últimas décadas, aconteceram importantes mudanças sociais, políticas, econômicas e sociais vinculadas ao meio ambiente, que precisam ser explicadas e entendidas a partir de pesquisas já realizadas e de muitos outros estudos que deverão ser feitos. Isso significa ampliar e completar a compreensão da história recente do nosso estado, incluindo a abordagem socioambiental, o que se torna cada vez mais relevante às sociedades contemporâneas. Nessa parte do trabalho, procuraremos demonstrar como era a natureza no Rio Grande do Sul que os colonizadores encontraram e de que forma se relacionaram com ela.

Juliana Bublitz²⁹ (2008) aborda que, no Rio Grande do Sul do século XIX, a política e incentivo à imigração europeia tinha por objetivo, dentre outros aspectos, povoar terras consideradas desabitadas e pouco aproveitadas, que se estendiam do centro ao norte da província. Em virtude de seu relevo acidentado e da predominância de matas, essa região era preterida pela elite latifundiária regional, que tinha como base econômica a pecuária e possuía grandes propriedades de terras na campanha, ao sul. Muitos dos imigrantes alemães sequer conheciam florestas nativas, ou mesmo secundárias maduras, em suas terras de origem. Conforme a autora:

No lugar de campos tranquilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas antropizadas, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador. Ali imperava a chamada *Urwald* – palavra que se tornaria uma constante nas cartas e diários desses homens e mulheres. Era a floresta virgem, feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafistulas, dentre outras milhares de espécies, em meio a emaranhados de cipó e trepadeiras. Tratava-se de uma paisagem ambígua que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio. (BUBLITZ, 2008, p. 323-324)

Para esses imigrantes, a derrubada da floresta era um sinônimo de civilização, de progresso. Era a garantia de sucesso para a nova pátria. Derrubavam as imensas árvores com ferramentas manuais, com as quais faziam tábuas para construir casas. Após a derrubada das árvores, o trecho era utilizado para uma picada (figura 2).

²⁹ *Ibidem*, p. 323-324.

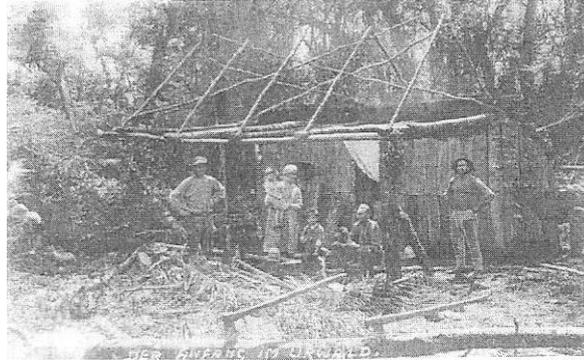
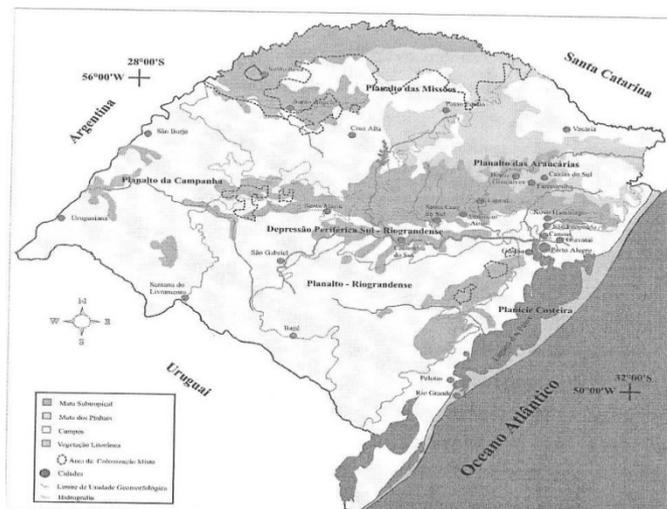


Figura 2 - “O começo na mata virgem”, sem data.
 Fonte: BUBLITZ, 2008, p. 327.

Quaisquer que fossem os sentimentos dos imigrantes recém-chegados em terras gaúchas em relação à mata, uma questão prática passava a ser fundamental e prioritária a partir do momento em que punham os pés na fronteira verde: eles precisavam aprender a derrubar a floresta e a lidar com a terra sob a vegetação, por uma questão de sobrevivência. Era necessário, inicialmente, cortar a vegetação de menor porte para poder entrar na mata. No mapa a seguir, temos a área de mata nativa no Rio Grande do Sul.



Mapa 2 - Área de mata nativa no Rio Grande do Sul e região onde se difundiram as colônias mistas.

Fonte: RAUBER, Alexandre. Departamento de Geo-processamento da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2004, com dados adaptados de Bernardes (1987) e Radam Brasil 1996, *apud*, BUBLITZ (2006).

Para abrir uma passagem na mata, conforme Roche³⁰ (1969), os colonos procuravam trabalhar em equipe. Assim, um dos homens cortava a parte de baixo dos caules com o facão ou com o machado, enquanto que o outro, munido de uma foice com cabo, cortava pelo alto

³⁰ *Ibidem*, p. 52.

os ramos e os cipós, que se confundiam. Mas as dificuldades eram tantas, que, conforme Umann³¹ (p. 62-63, *apud* Bublitz, 2008), “a maioria apenas começando, quer desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim é preciso continuar o trabalhar, por mais que aperte a dor”. Para ele, não havia alternativa para o colono “senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida”.

Em contrapartida o autor Marcos Gerhardt,³² em seu artigo *História Ambiental (1930-85)*, nos fala que o Rio Grande do Sul, a partir do início do século XIX, teve um grande aumento populacional produzido pela imigração às colônias fundadas, especialmente nas regiões de matos da Serra e do Planalto. Nessas colônias, parte do mato foi removida pelo trabalho humano com o uso do machado e do fogo e, nas terras férteis das roças novas, desenvolveu-se uma agricultura destinada à subsistência e ao abastecimento do mercado, que utilizava o trabalho familiar e ferramentas manuais. De acordo com o autor, nessa época, diversas espécies de animais como a anta, a onça pintada, o veado e o tamanduá tiveram sua população drasticamente reduzida, pois foram mortas em caçadas, eliminadas porque eram consideradas perigosas, ou tiveram sua reprodução e manutenção inviabilizadas pelas mudanças ambientais. Como já foi mencionado anteriormente, sabe-se que na compreensão da época, eliminar os animais indesejados, substituir o mato por lavouras, pomares, estradas e vilas significava, além da necessidade dos colonos, o progresso.

Existem, ainda, inúmeras fotografias, retratando partes do Rio Grande do Sul, especialmente o norte, onde pessoas aparecem sobre grossos troncos de árvores derrubadas, numa postura que pode ser interpretada como de orgulho pelo trabalho realizado. Conforme dados do projeto RAMBRASIL (1982, p. 543-547), cerca de 26,6% da área do Rio Grande do Sul era coberta de vegetação florestal antes da intensa ação humana, a partir do século XIX, que devastou 90% dessa área .

No entanto, embora a agricultura colonial utilizasse ferramentas simples para o cultivo da terra e criação de bovinos, suínos e aves, o combate às numerosas e resistentes formigas cortadeiras de folhas, do gênero *Atta*, de acordo com Gerhard³³ (2007), era feito com formicidas de grande toxicidade que, em geral, continham arsênico; outro inseto que, periodicamente, disputava alimento com os colonos era o gafanhoto.

³¹ UMANN, Josep, *apud*, BUBLITZ, 2008.

³² *Ibidem*, p. 527.

³³ *Ibidem*, p. 528.

Nesse cenário de colonização das terras pelos imigrantes, Bublitz³⁴ (2008) expõe que se abriam as primeiras picadas, também conhecidas como travessas, travessões e linhas – que, para Gutfreind, Arendt e Dreher eram a “forma básica de penetração na floresta subtropical”. Com os instrumentos disponíveis, essas vias circuladas pela mata ganhavam forma perto dos rios e, ao longo delas, iam sendo instalados os imigrantes, em lotes que lhes eram designados. As distâncias entre as terras recém-demarcadas, inicialmente com 77 hectares em média, eram grandes o bastante para preocupar muitos estrangeiros que, em suas cartas, relatavam noites de pavor vividas no interior da mata, onde ouviam sons desconhecidos e pressentiam ameaças concretas. A floresta era um obstáculo difícil a ser vencido, mesmo na distância entre dois lotes ou duas casas, como mostra o relato abaixo, escrito por um colono alemão (GRESSELER³⁵, 1949, p. 173-174, *apud* BUBLITZ, 2008):

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal, não foi possível realizá-los de pronto. Haviam-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois se eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lugar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornar-se senhor de suas rendas e homem livre [...] Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois lhes faltava o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumada. (GRESSELER, 1949, p.173-174, *apud* BUBLITZ, 2008).

Juliana Bublitz³⁶ (2008) salienta que esse relato traduz um dos significados da floresta para os imigrantes alemães. Enquanto se mantinha vicejante e robusta, a mata era considerada uma prisão. O colono, muitas vezes, sentia-se um escravo da floresta. Como ressaltou Roche (1969, p. 52), “a terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta”. Era preciso trabalhar com afinco, em uma luta sem tréguas, para derrubar a vegetação e impor o domínio sobre a natureza, seguindo o pensamento da época de que “floresta derrubada era sinônima de civilização, de progresso”.

De acordo com Roche³⁷ (1969), o Rio Grande do Sul conservou sua economia intacta, durante muitos anos, a estrutura econômica que possuía às vésperas da colonização alemã. Permaneceu rural e pastoril. A influência do povoamento nas zonas florestais e do novo modo de exploração do solo tardou a manifestar-se. Em virtude de não terem podido nele encontrar

³⁴ *Ibidem*, p. 323-340.

³⁵ GRESSELER, *apud* BUBLITZ, 2008.

³⁶ *Ibidem*, p. 327.

³⁷ *Ibidem*, p. 27.

logo seu mercado, os colonos não conseguiram senão muito recentemente transformar a economia do estado.

Roche³⁸ (1969) comenta sobre a imensa massa florestal rio-grandense que estava subdividida em dois tipos: A floresta subtropical e a floresta de resinosas. A primeira é composta de espécies de folhas caducas, de cipó e de epífitas. É densa e praticamente impenetrável ao homem, a não ser a facção. Encontra-se, ou antes, encontrava-se nas ladeiras, mesmo fortes. Consequentemente surge a palavra Serra, que designava o acidente morfológico. Segundo a linguagem popular também pode ser chamada de mata virgem ou então mato. No Rio Grande do Sul é a floresta por excelência.

Segundo a descrição de Jean Roche³⁹ (1969, p. 52), “elevam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós”. Conforme o relato de viagem de Robert Avé-Lallemant (1980, p. 119, *apud*, BUBLITZ⁴⁰ 2008, p. 325), que em 1858 visitou as colônias alemãs, a vegetação confundia os recém-chegados:

Mal se adivinham, no labirinto, as grandes árvores. Os vigorosos troncos cuja elevação longitudinal e contorções dão a ideias de serem diferentes indivíduos que ligaram durante o crescimento, são geralmente mirtáceas, pois esse grupo de plantas é que caracteriza a floresta. Em algumas figueiras essa contorção e ligação de partes do tronco são ainda notável [...] Inextricável é o emaranhado das lianas. Descem geralmente em linha reta das copas das árvores para a terra. (BUBLITZ, 2008, p. 325).

Bublitz⁴¹ (2008) ainda nos chama a atenção para que o que mais surpreendeu os colonos quando tomaram posse de seus lotes no interior da fronteira verde, representada por essa massa de vegetação, foi o tamanho das árvores, o grande número de espécies, as distintas dinâmicas ecológicas de crescimento de sucessão e de clímax, o tipo de solo e as pragas, para citar apenas alguns exemplos. Havia diferenças flagrantes entre as florestas subtropicais e as europeias, a começar pelas espécies predominantes em ambas as paisagens. “Os cavalos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicos do continente europeu, davam lugar, nas matas do Rio Grande do Sul, a louros, cedros, cabriúvas, angicos, canafístulas e araucárias”. (RAMBO, 2004, p. 34, *apud* BUBLITZ, 2008).

Já a floresta de resinosas, cuja árvore característica é a Araucária brasileira, tem geralmente um sub-bosque mais claro e mais facilmente penetrável. Foi a localização desses dois tipos de florestas que orientou posteriormente a progressão da colonização alemã,

³⁸ *Ibidem*, p. 41.

³⁹ *Ibidem*, p. 52.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 325.

⁴¹ *Ibidem*, p. 323-340.

enquanto que o relevo delimitou as duas zonas a que os colonos chegaram e que, sucessivamente, desbravaram: a borda e o reverso do planalto.

Devido a sua latitude, o Rio Grande do Sul tem um clima de transição entre a zona tropical e a zona temperada, e é nisso que ele difere dos outros estados brasileiros. A região das novas colônias alemãs possui temperaturas médias e muito próximas as do pé da serra.

A exploração das terras gaúchas defrontou-se, inicialmente, com grande dificuldade, não só com a vegetação, mas o relevo e o próprio espaço a ser preparado para o plantio. Essa conquista difícil fez do colono alemão o pioneiro do desbravamento. Conforme Roche⁴² (1969), foi necessário aprender a desbravar, a trabalhar em equipe, arrotear com o objetivo de cultivar. (Abatendo as árvores, operação fadigante e perigosa, de acordo com o autor):

Todas essas novidades bastavam para desorientar o imigrante entregue a si mesmo. Fora agricultor na Europa, e devia tudo reaprender. A necessidade de dobrar-se à técnica do desflorestamento forçou o europeu a cair ao nível do início ou do caboclo. Era certamente uma regressão, mas sem ela não podia haver sobrevivência na frente florestal. (ROCHE, 1969, p. 53).

Estabelecidos em áreas florestais, os colonos alemães empreenderam, inicialmente, o desmatamento e a queimada para fins de cultivo. Porém suas primeiras plantações, muitas exóticas, foram atacadas por inúmeros insetos, aves e mamíferos. Correa (2006) relata que em São Leopoldo, desde os primeiros anos da colonização, os imigrantes alemães tiveram que, involuntariamente, dividir suas colheitas com pragas e predadores. Se o desmatamento inicial e as queimadas haviam eliminado inúmeros ninhos de pássaros e, com isso, afetado a reprodução natural de muitas aves, essas ações humanas promoveram, indiretamente, a eliminação parcial de predadores naturais de muitas larvas e insetos que encontravam nas lavouras um meio para sua reprodução prolífera.

Juliana Bublitz⁴³ (2008) diz que quando finalmente os colonos aprenderam os métodos mais eficazes para realizar as derrubadas, os colonos também passaram a aplicar a técnica da queimada, ensinada pelos diretores e inspetores coloniais, repassadas pelos pioneiros aos imigrantes recém – chegados e transmitida de geração em geração. Tratava-se do resultado da apropriação e da adaptação de uma tecnologia indígena que, a partir de então passava a ser utilizada em grande escala e de forma agressiva, implicando alterações ecológicas drásticas. Como diz Roche⁴⁴ (1969), o colono devia “resistir à tentação de limpar o terreno e de preparar imediatamente uma terra arável, devia aprender a queimar as ramas secas, desprezando os

⁴² *Ibidem*, p. 53.

⁴³ *Ibidem*, p. 333.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 52-53.

troncos e os cepos”, pois se fazia necessário aprenderem as técnicas de plantio adequadas ao novo ambiente. No entanto, de acordo com Rambo (1956, p. 101, *apud* BUBLITZ⁴⁵ 2008), “os imigrantes viviam debaixo da obsessão de que só em roças livres de pedras, tocos e raízes e com o solo arável se podia fazer agricultura”. Assim, muitos tentaram, inutilmente, repetir em terras sul-rio-grandenses o modelo que conheciam. Perceberam, logo, porém, que o uso do arado não lograria êxito imediato no solo irregular e repleto de raízes encontrado no sul do Brasil.

Para vencer a floresta, conforme Bublitz⁴⁶ (2008), muitos colonos enfrentaram, obstáculos ao iniciar as derrubadas, entre eles, a imigrante Emilie Freudenberger que, por pouco, não foi esmagada por um conjunto de árvores enquanto auxiliava a desbravar um terreno. Segundo ela (1981, p. 85, *apud* BUBLITZ, 2008):

Em certa ocasião também passei por perigo mortal. Ajudava meu pai na derrubada da mata. Ele deixava cortar os troncos mais grossos e nós abatíamos os mais finos. Um canto da mata não queria cair de jeito nenhum, pois tudo estava entremeadado de cipós. Já havíamos cortado a maioria das árvores e continuávamos trabalhando em meio aos troncos, sem que se pudesse saber para que lado pendesse o todo. A qualquer momento poderíamos ser esmagados. Felizmente à noite uma ventania mais forte nos livrou do perigo, derrubando tudo. (BUBLITZ, 2008, p. 323-340).

Aos imigrantes que resistiam, a mata, aos poucos, adquiria outro sentido, bem menos concreto e, talvez, nem sempre perceptível. Como já apontou Robert Harrison (1993, p. 7, *apud* BUBLITZ⁴⁷, 2008), homens e mulheres não têm explorado as florestas apenas materialmente, eles também se utilizam delas para forjar os seus símbolos, as suas analogias, as suas estruturas de pensamento e os seus emblemas de identidade. Em última instância, a fronteira verde demarcava o mundo civilizado para os colonos estabelecidos no Rio Grande do Sul. Foi em oposição a essa fronteira que eles definiram a sua própria identidade na nova terra.

Na fase pioneira da imigração, Correa⁴⁸ (2004, p. 34, *apud* BUBLITZ⁴⁹ 2008) aponta que “a densa floresta condicionou, junto com o contato raro e esporádico com os outros grupos, a formação de um grupo étnico alemão, enquanto um tipo de organização social” A floresta foi para muitos, um elemento definidor, muitos se orgulhavam em devastar as matas e realizar a derrubada das árvores para obterem mais espaço para o cultivo (figura3).

⁴⁵ *Ibidem*, p. 323-340.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 323-340.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 323-340.

⁴⁸ CORREA *apud* BUBLITZ, 2008, p. 335.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 325.

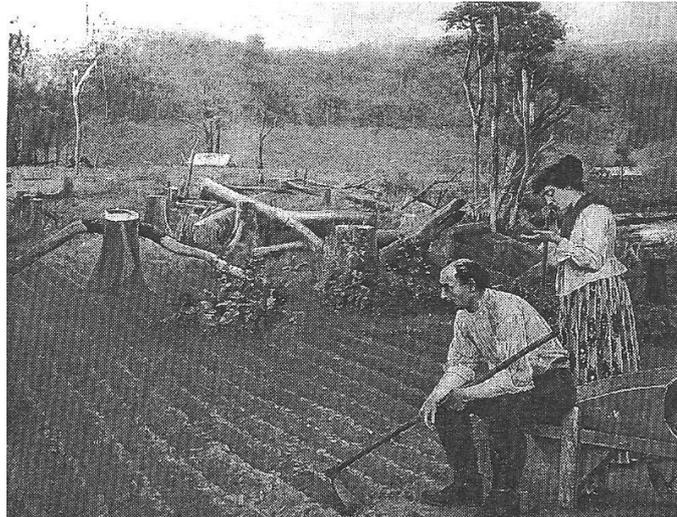


Figura 3 - Temporada Mutantur (1889), do pintor Pedro Weingärtner.
 Fonte: CORREA, Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de Promissão*. 2006, p. 31.

De acordo com Bublitz⁵⁰ (2008) não são poucas as fotografias encontradas em arquivos públicos e particulares localizados na região de colonização alemã nas quais os imigrantes e seus descendentes posam ao lado de troncos recém-cortados. Num tempo em que as fotografias eram artigos raros, é significativo o fato de que famílias inteiras faziam questão de ser registradas empunhando facões e machados, com os pés apoiados sobre as árvores recém-abatidas. Isso também ficava evidente nas cartas e nos diários desses imigrantes que costumavam relatar, com orgulho, a transformação imposta ao meio ambiente ou em outras palavras, o novo papel por eles assumido, de “senhores” da floresta.

José Joaquim Rodrigues Lopes (1867, p. 6, *apud* BUBLITZ⁵¹, 2008) exaltaria, por exemplo, a capacidade dos alemães de domar a mata. Segundo ele, “este povo, que há mais de 4 décadas se separou do tronco materno, circulando pelas montanhas de nossos sertões, aninhado na poética solidão de nossos bellos valles, com uma natureza inteiramente nova, conserva-se impassível aos risos d’Ella”. Ou seja para Lopes, os colonos eram capazes de superar todas as dificuldades inerentes à domesticação dessa mata, mesmo quando a natureza lhes pregava peças.

Ao visitar a colônia alemã, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (1855, p. 52, *apud*, BUBLITZ⁵², 2008), também registrou que se tratava de uma população “orgulhosa de ter fundado no seio de nossas florestas uma Pátria para seus filhos”. Por se sobrepor à floresta, “o elemento alemão”, nas palavras do agrimensor Maximiliano Beschorem (1989, p. 35),

⁵⁰ *Ibidem*, p. 325.

⁵¹ *Ibidem*, p. 323-340.

⁵² *Ibidem*, p. 323-340.

tinha “uma posição dominadora” em solo sul-rio-grandense. Tal concepção foi igualmente ressaltada pelo viajante alemão Robert Avé-Lallemant (1980, p. 55), quando exaltou o trabalho alemão em seu diário:

Assim vencem, trabalhando, esses pioneiros da disciplina, da laboriosidade e dos costumes alemães, penetrando cada vez mais nas selvas, de elevação em elevação, de vale em vale, de serra em serra, de rio em rio! [...] Essa é a missão dos alemães, o seu dever, a sua vontade; que Deus os ajude a realiza-la. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 55, *apud* BUBLITZ, 2008).

Com o passar dos anos, Bublitz (2008) afirma que a floresta também passou a ser aproveitada economicamente pelos alemães, a partir do comércio de madeiras. Se no início não era possível, principalmente pela falta de vias de transporte adequadas e pela dificuldade para a comercialização das toras, a partir da segunda metade do século XIX, o cenário mudou. Muito embora as serrarias tenham se difundido pela zona de colonização alemã, da indústria madeireira aconteceu principalmente, nas colônias estabelecidas na serra e no planalto, onde a *Araucária Angustifolia*, espécie exclusiva do sul do Brasil, tornou-se muito procurada pelas serrarias.

A imigração e a colonização alemã contribuíram sem dúvida para um grande impacto ambiental na vegetação e biodiversidade do Rio Grande do Sul. Como afirma Roche⁵³ (1969), “os colonos alemães transformaram a paisagem, impondo – lhes seu domínio”. A necessidade dobra-se à técnica do desflorestamento, forçou o europeu a cair ao nível do índio ou do caboclo. Era certamente uma regressão, mas sem ela não podia haver sobrevivência na área florestal.

Além disso, Roche⁵⁴ demonstrou que a redução das florestas ocorria ao mesmo tempo em que aumentava o arroteamento das áreas coloniais no Estado. No caso dos desmatamentos, eles não foram causados, inicialmente, para fins de exploração madeireira, pois as derrubadas e as queimadas tinham como finalidade fazer recuar a mata para cultivar o solo. Apenas na segunda fase da colonização, ocorreu a utilização da madeira para fins comerciais, embora isso tenha promovido um grande esgotamento, quase que total das florestas nativas do estado.

⁵³ *Ibidem*, p. 198.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 54.

Sobre a diversidade da floresta da colônia de São Leopoldo, sobre a paisagem rural, podemos nos basear no relato do francês Arsène Isabelle (1983, p. 95, *apud* CORREA⁵⁵ 2006).

A colônia deve ser visitada pelos naturalistas e amadores da bela natureza: encontram-se todas as produções da província do reino orgânico: lindos pássaros, insetos raros, mamíferos estranhos e plantas preciosas, tudo se reúne nesta localidade para exercitar a admiração dos curiosos. Numerosos caminhos abertos no meio dos matos, permitem aos caçadores percorrer os arredores de São Leopoldo sem serem incomodados pelo calor, gozando, ao contrário, da frescura de uma multidão de árvores de espécies bastante variadas e que dão muita sombra. (CORREA, 2006, p. 56).

Para o imigrante foi necessário aprender a desbravar, pois somente dessa forma iria conseguir abrir passagem no meio das matas, nesse período, conforme Roche⁵⁶ (1969), esse colono passa a trabalhar em grupos ou equipes a fim de facilitar o trabalho, especialmente, o do corte das árvores. De acordo com o autor:

Aliás, o colono alemão assimilou tão profundamente essa técnica, que se pode dizer que a luta pela conquista da floresta virgem se tornou seu elemento de vida. Adquiriu a reputação de ser um excelente “fabricante de terra”. Ainda muito recentemente, escrevia – se, não sem razão, que “trabalho do colono é um trabalho de pioneiro”. Com efeito, desbravar a floresta nos novos estabelecimentos impunha ao colono do século XX a mesma tarefa e a mesma técnica de seu bisavô, quando este imigrara da Alemanha. (ROCHE, 1969, p. 53).

Roche (1969) ainda fala que a importância dos desbravamentos pode ser avaliada pela extensão das áreas cultivadas, visto que o crescimento das áreas de cultura corresponde exatamente ao da derrubada. Em 1850, a superfície arborizada ainda representava 36% da do Rio Grande do Sul, e a superfície desbravada só 0,5. Em 1881, depois de duas gerações de colonos germânicos, a área arroteada eleva-se a 5,8% da superfície total, já não representando a floresta primitiva senão 30,7%. Em 1914, as respectivas percentagens eram de 11,5 e 25%. A floresta ainda cobre zonas praticamente inexploráveis, vencendo obstáculo das florestas, os colonos criaram uma nova riqueza, como atesta a valorização das terras desbravadas.

Correa⁵⁷ (2006) relata em sua obra *Terra de promessa* que, para avaliar a ação humana no passado e o seu impacto ambiental nas áreas de colonização, não podemos reconstruir com exatidão o número de árvores derrubadas, de superfície florestal atingida pelas queimadas, do tempo necessário de recomposição das matas, do grau de alterações nos

⁵⁵ CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa**: Uma introdução no Rio Grande do Sul. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 53.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 12.

ecossistemas, principalmente, na cadeia alimentar da fauna e sequer inventariar todas as espécies animais e vegetais, extintas ou em extinção, nas áreas de colonização.

O mesmo autor ainda nos diz que a paisagem atual nos permite inferir os efeitos dos golpes de machado e do fogo nas florestas, bem como outras consequências da colonização. Conforme ele:

Além da redução da cobertura florestal nativa, principalmente pela lavoura, têm-se ainda áreas onde a floresta foi parcialmente recomposta e outras onde há predomínio de árvores exóticas. Ainda em relação à paisagem o assoreamento dos rios acusa o mau uso do solo e a degradação da bacia hidrográfica, causada por desmatamento, especialmente da mata ciliar, erosão e lavouras do tipo predatório. (CORREA, 2006, p. 13).

O método da queimada, por sua vez, acusa um pragmatismo econômico não necessariamente “sustentável” no plano ecológico, Correa⁵⁸ (2006) afirma que embora as florestas fossem vistas como uma criação divina, sua derrubada era justificada não apenas por imperativos econômicos, mas pela orientação religiosa dos colonos, aos quais caberia a “domestificação” da natureza, ou melhor, sua transformação num jardim edênico. Assim, a queimada era vista como uma vitória da civilização perante a natureza selvagem. Em São Leopoldo, as chamas de uma queimada foram, inclusive, admiradas pelo piromaniaco Canstatt (2002, p. 420-421 *apud* CORREA, 2006):

Tive ocasião de apreciar um belo espetáculo, numa das noites seguintes, quando, exatamente defronte minha janela, puseram fogo a um roçado na encosta, isto é, a um trecho de floresta destinado à plantação, que tinha sido derrubado e havia semanas vinha secando e estavam queimando para ser lavrado e semeado. O valor da custosa madeira não tinha importância no caso, porque não havia caminho, nem meios, para muitas vezes, que desse sistema de tornar cultiváveis grandes extensões de terra resulta os incêndios se propagarem e tornarem-se perigosos para as habitações mais próximas. Geralmente o colono assiste tranquilamente à queima do roçado, porque o fogo não se comunica facilmente à madeira dura e aos maciços de plantas próximas, muito ricas de seiva. Também costumam, anualmente, na época de maior estiagem, pôr fogo aos poteiros ou cercados para o gado, para fazer, por esse modo, crescer o pasto. (CORREA, 2006, p. 61).

A queimada enquanto “imperativo civilizatório” suscitava uma dupla perplexidade no viajante Avé-Lallemant (1980, p. 184), pois de um lado, havia o esforço herculeo e quase irracional que era exigido do colono e, de outro, a fertilidade do solo: “Decerto, quando se põe um homem com o machado e a mecha diante da mata virgem e se lhe diz: ‘isto deves tu arrasar, não compreendo ainda menos tempo, já ali cresce o que alimenta a ele e a sua

⁵⁸ *Ibidem*, p.61

família””. Apesar dos relatos das queimadas como uma ação civilizatória, houve algumas críticas ao desperdício de matéria-prima.

Durante sua visita a São Leopoldo, o viajante francês Avé-Lallemant (1980, p. 140, *apud* BUBLITZ 2008) também registrou que a “floresta é rica de madeiras úteis. Infelizmente se utiliza o que serve para construir no próprio local, o resto do excedente material é queimado”. Outro viajante alemão, Oscar Constatt (2002, p. 420-421, *apud* BUBLITZ, 2008) pondera que, se durante as queimadas, o valor das custosas madeiras não tinha importância, isso se devia ao fato de não haver caminho nem meios para tirá-la da floresta.

Com base nesses relatos de viagem da segunda metade do século XIX, pode-se verificar que a agricultura colonial prescindiu das queimadas e que a indústria das colônias alemãs como as olarias, curtumes, cervejarias, serrarias e outras, tiveram como principal fonte de energia as grandes quantidades de queimadas que ocorreram.

Ainda em relação às florestas, vários biomas foram destruídos parcialmente. Biomas exclusivos da região, como as araucárias que foram empregadas em grande quantidade na construção. Apesar do encantamento dos viajantes ao ver as belas paisagens, atualmente essas belas árvores encontram-se em extinção.

Juliana Bublitz⁵⁹ (2008) comenta que a flora regional incluía ainda milhares de outras espécies. Em 1858, ao passar pela colônia de São Leopoldo, quando essa contava pouco mais de 30 anos, o viajante francês Arsène Isabelle deixou registrada parte dessa diversidade. Hospedado na casa de Hildebrand, então responsável pelas colônias, ele pôde observar mais de trinta espécies cujas madeiras tinham utilidade na época, dentre elas, ipê, goiabeiras, araroeiras, araçás, angicos e araucárias (ISABELLE, 1993, p. 95, *apud* BUBLITZ, 2008). Além dessas árvores de maior porte, cujos troncos exibiam um emaranhado de cipós e trepadeiras, difundia-se uma densa vegetação rasteira e arbustiva, composta de milhares de espécies, quase impenetrável e, às vezes, repleta de espinhos. Para completar, tamanha biodiversidade difundia-se ao longo de grandes vales, morros e escarpas rochosas – marcas, enfim, de um relevo na sua maior parte acidentado. Tratava-se, em geral, de uma área de difícil acesso para os colonos. Em uma região, além de tudo, entrecortada por rios caudalosos e encachoeirados em sua maior parte.

Não podemos nos esquecer da devastação dos ervais nas florestas da província, que também ocorreram grandemente nas áreas de colonização alemã. Da mata nativa destruída, os ervais representavam uma importante atividade de subsistência.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 323-340.

Correa⁶⁰ (2006) menciona a depredação dos ervais, da província, essa que foi criticada nos relatórios provinciais da época. Em 1858, o então presidente da província Ângelo M. da Silva Ferraz alertava para o fato de que, no futuro, poderia não haver mais erva-mate, dada a gravidade da situação. Ferraz ligava diretamente a devastação dos ervais à atuação, principalmente, dos imigrantes alemães.

À vista da negligência com que se tratão os heruaes, e dos estragos que estes sofrem quotidianamente, é de presumir que de futuro se dê a escassez deste importante ramo da riqueza provincial. Os colonos estragam os heruaes, e os derrubam, porque ainda não se compenetrarão da necessidade de os beneficiar. (FERRAZ, 1858, p. 33, *apud* CORREA, 2006).

Em sua estada em São Leopoldo, Avé-Lallemant (1980, p. 140, *apud*, CORREA, 2006) informou que “parte do distrito florestal ainda não utilizado encerra muita erva-mate”. Porém, o mesmo viajante (1980, p. 150) apresentou um cálculo de lucratividade da extração silvícola que permite uma avaliação do impacto ambiental em relação aos ervais.

Outro viajante alemão, Maximiliano Beschorem (1989, *apud* CORREA,⁶¹ 2006), considerou inadequada a exploração dos ervais, dizendo que esses estariam sendo “devastados irresponsavelmente”, segundo ele, e demonstrou uma grande preocupação com o meio ambiente. As maiores partes dos bens nacionais foram devastadas irresponsavelmente pela população, mesmo havendo fiscais contratados pelo governo com a missão de “observar a exploração dos ervais, para que fosse feita de maneira controlada”. Assim como na província houve o desmatamento dos ‘heruaes’ e da mata nativa, também podemos perceber que em, São Leopoldo, houve um enorme desmatamento das árvores nativas da região, empobrecimento do solo e degradação ambiental.

Para nós fica visível, nesses relatos, que o desmatamento contínuo, para fins diversos, como o assentamento dos colonos, a produção agrícola, a abertura de vias de transporte, comércio e exploração da madeira no geral, foi constante e inerente ao empreendimento colonizador.

O botânico francês August de Saint-Hilare realiza expedições científicas, com a descoberta das quais enriquece o mundo acadêmico e da literatura.

Para Correa⁶² (2006) revela que um impacto ambiental sempre esteve presente entre aqueles que promoveram e que defenderam a imigração e a colonização no Rio Grande do Sul, especialmente, após o acordo de paz na província, em 1845. Trata-se da “domestificação

⁶⁰ *Ibidem*, p. 65.

⁶¹ *Ibidem*, p. 66.

⁶² *Ibidem*, p. 14.

da natureza” pela colonização europeia. Dito de outra forma, esperava-se, por meio do trabalho de colonos europeus, transformar as áreas de florestas em matrizes civilizatórias.

A imigração e a colonização europeia, especialmente a alemã e a italiana, foram responsáveis pela destruição de uma vegetação e de uma biodiversidade cujo impacto ambiental ainda não foi avaliado.

Pádua (2002, p. 76) comenta que, “em face da abundância e das riquezas aparentemente ilimitadas”, a terra era para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente. Ao esterilizar as terras, após inúmeras queimadas, o colono e sua família partiam em busca de novos lotes. A devastação era contínua, despreocupada e desmedida. Como afirma Roche (1969, p. 198), “os colonos alemães transformaram a paisagem, impondo-lhes seu domínio”.

Dessa forma, queremos chamar a atenção para as questões ambientais de preservação dos ecossistemas, levando à reflexão crítica sobre o uso e apropriação dos recursos naturais que tiveram as gerações passadas, pois certamente podemos atribuir-lhes eles a devida responsabilidade pela disponibilidade dos recursos naturais que temos atualmente na natureza. É necessários rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas historicamente como ecológicas. Partindo da colonização alemã no Rio Grande do Sul, é possível iniciar novos estudos que levem em conta as interações entre os indivíduos e o espaço natural.

Os estudos históricos sobre a relação entre o imigrante e o meio ambiente podem contribuir para melhor avaliar não apenas as consequências do desmatamento e da agricultura intensiva, mas também a extinção de animais pela caça indiscriminada dos colonos. Podemos utilizar como fontes de estudo os relatos de viajantes, relatórios provinciais, cartas, diários ou então o relato ou memória de imigrantes.

O viajante Ave-Lallemante (*apud* CORREA⁶³) em seus relatos de viagem comenta que a anta era quase o único animal caçado sistematicamente nas áreas de colonização alemã e que o bugio era abatido em grande quantidade para a obtenção de carnes, mas também por ser um perigoso inimigo dos milharais.

Além do comprometimento direto da reprodução da fauna local através da caça, muitas espécies de animais e vegetais ficaram ameaçadas ou chegaram mesmo à extinção por motivos indiretos, e com a derrubada da mata, acelerava-se a extinção de espécies já comprometidas com a caça.

⁶³ *Ibidem*, p. 57.

Podemos dizer que o processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul contribuiu para o surgimento de um impacto ambiental nessas regiões de ocupação. Em termos de ecologia humana, houve uma drástica redução demográfica das populações nativas, e em termos de biomas, inúmeros foram reduzidos ou mesmo extintos. Florestas inteiras foram destruídas e substituídas pelas monoculturas, como a do açúcar e do algodão. Já a mineração promoveu a urbanização e a concentração demográfica com todas as suas consequências para a poluição ambiental. Apesar das duas diferenças históricas e sociológicas, é certo que a colonização promoveu um impacto ambiental ainda pouco avaliado.

De acordo com Correa⁶⁴ (2006), um dos introdutores da ecologia social no Brasil, Gilberto Freyre, não atentou para o impacto ambiental da colonização europeia no Brasil meridional. Ao contrário, em artigos como *Terra de lavradores (1942)*, Gilberto Freyre pleiteou a valorização do pequeno lavrador e criticou o latifúndio monocultor como se esse fosse o único responsável pela devastação das matas”.

Diante do estudo realizado compreendemos que a eco-história da colonização alemã no Rio Grande do Sul, durante o século XIX e XX, aponta para um impacto ambiental em áreas de colonização tão destrutivo quanto aquele ocorrido em outras regiões do país onde predominou o latifúndio monocultor e escravocrata.

Dessa forma, podemos dizer que durante o século XIX ocorreu, entretanto, um grande aumento populacional em virtude da imigração europeia que também foi responsável por um impacto ambiental inédito. A colonização alemã de que estamos falando, em especial, ocorreu em plana área florestal. Não podemos deixar de lembrar que o planalto rio-grandense e sua flora e fauna também foram atingidos pela expansão das fronteiras agrícolas e da colonização, principalmente, aquele fruto da migração interna.

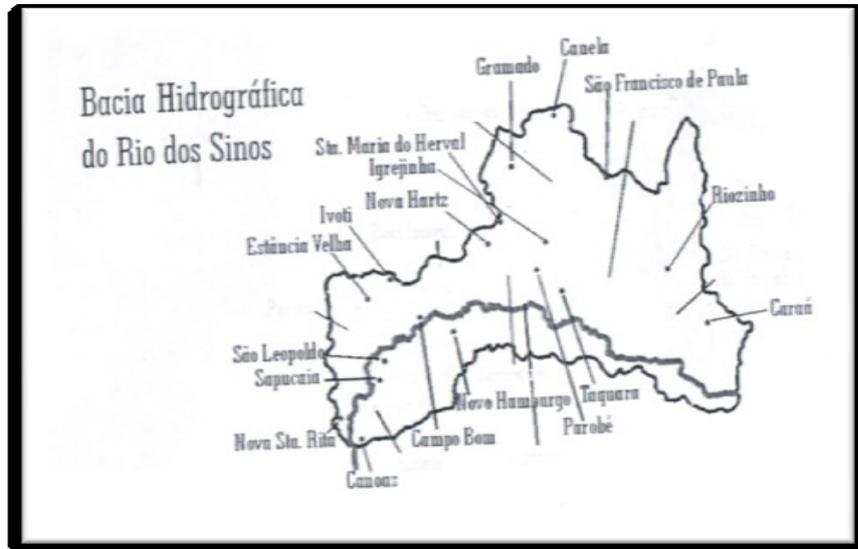
Entre 1850 e 1950, a cobertura vegetal do Rio Grande do Sul foi drasticamente reduzida pelo empreendimento colonial. Flora e fauna nativas foram profundamente alteradas pela transformação dos ecossistemas e pela poluição ambiental advinda não apenas da urbanização e da industrialização, mas também da “modernização” da agricultura. Dessa forma, verificamos que as experiências de colonização realizadas no Rio Grande do Sul foram, sem dúvidas, predatórias em termos ambientais.

Outra forma de ocupação através das colônias de imigração ocorreu na área do Rio dos Sinos. De acordo com Reinheimer⁶⁵ (2010), esse rio nasce no interior do município de Caraá,

⁶⁴ *Ibidem*, p. 25.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 35.

na Serra Geral, a 600 m de altitude e tem aproximadamente 190Km de extensão até a sua foz, no Delta do Jacuí. Vejamos no mapa abaixo a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos:



Mapa 3 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos

Fonte: Comitê Sinos 10 anos (1998, p. 4).

O Porto de São Leopoldo foi fundamental para o transporte de produtos, nas relações de comércio com a capital, contribuindo para o desenvolvimento de São Leopoldo, isso foi essencial para o desenvolvimento da economia e do urbanismo (figuras 4 e 5).

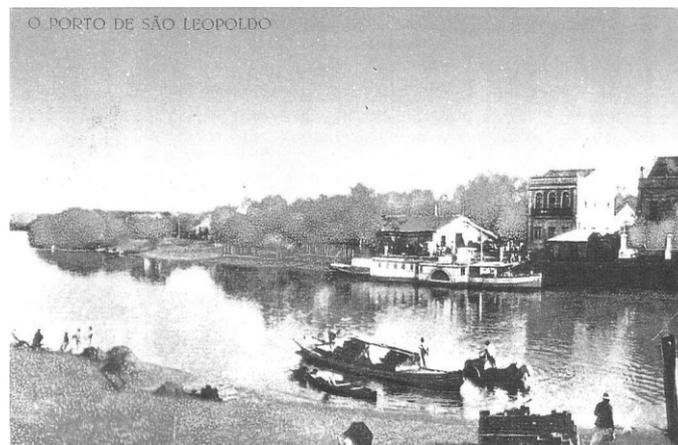


Figura 4 - Porto de São Leopoldo

Fonte: REINHEIMER, Dalva. *As colônias Alemãs, Rios e Porto Alegre*. 1999.

Vejamos, na imagem abaixo, novamente o Porto de São Leopoldo, porém com a residência e depósito da família Blauth.

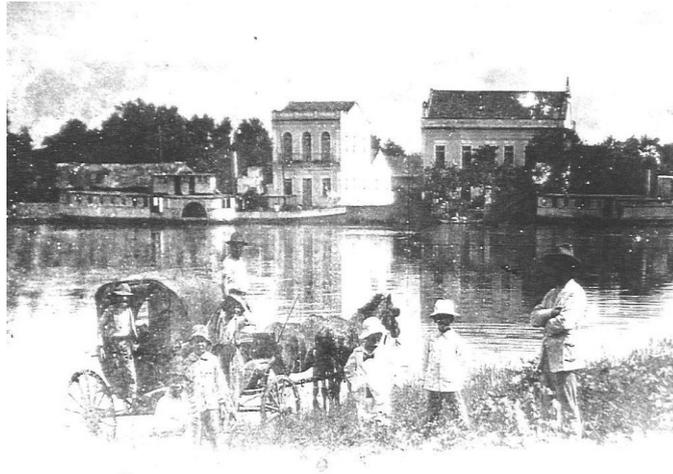


Figura 5 - Porto de São Leopoldo. Destaque para a residência e depósito da família Blauth embarcações da Navegação Blauth. 1929. Fotos do acervo da senhora Nina Schneider. Atualmente este local faz fundos com a Rodoviária de São Leopoldo.

Fonte: REINHEIMER, Dalva. *As colônias Alemãs, Rios e Porto Alegre*. 1999.

Dentro desse contexto de desbravar e encontrar caminhos que levassem ao desenvolvimento da colônia, destaca-se a navegação fluvial, conforme Reinheimer⁶⁶ (2010) o Rio tinha uma tarefa fundamental no que se refere ao transporte de mercadorias das colônias para abastecer outras regiões do Rio Grande do Sul, dentre elas, Porto Alegre. De acordo com a autora:

A utilização do rio como via de transporte deu as condições iniciais de desenvolvimento à colônia, e esta, em poucas décadas, de 1824 a 1850, passou de uma base essencialmente agrícola para outras atividades, entre elas manufaturas, comércio e serviços [...] (REINHEIMER, 2010, p. 36).

O aumento nessa estrada, deve-se em função da colonização em São Leopoldo, próxima ao Rio dos Sinos, conforme Reinheimer (2010). Junto ao passo do rio dos Sinos foram instaladas uma casa comercial e uma fábrica de cerveja e se iniciou o serviço de busca para a passagem nas cheias do rio.

Dessa forma, fica evidente a necessidade que se tinha por parte do governo imperial de um rio que fosse navegável para a exportação dos produtos e também que contribuísse para a irrigação do solo a ser cultivado pelo imigrante alemão. Conforme Reinheimer⁶⁷ (2010), as pequenas embarcações cruzavam o Rio dos Sinos, carregando e descarregando, no porto das telhas ou então no porto fluvial de São Leopoldo, os produtos da lavoura de todos os núcleos coloniais da colônia de São Leopoldo. São Leopoldo já tinha uma linha de navegação regular

⁶⁶ *Ibidem*, p. 36.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 38.

com Porto Alegre, em 1860, pois isso era fundamental para o crescimento dos núcleos coloniais e da própria rede. Mas o Rio dos Sinos, navegável em apenas um percurso de “léguas”, apresentava alguns obstáculos que dificultavam a atividade. Nesse momento, se faziam necessárias melhorias no rio para facilitar a navegação. O último barco que navegou entre São Leopoldo e Taquara foi desativado, porém para Porto Alegre a navegação prosseguiu até meados de 1960 (figura 6).



Figura 6 - Gasolina floresta. Navegação no Rio dos Sinos, 1930. Último barco que navegou entre São Leopoldo e Taquara. Foi desativado em 1940.
 Fonte: Reinheimer (2010, p. 278).

A partir dos estudos os estudos realizados anteriormente, é possível deduzir que a navegação fluvial causou a retirada da mata ciliar do rio o que contribui para o processo de desmatamento das suas margens.

No contexto de biodiversidade, é interessante destacar que quanto à fauna no catálogo de exposição brasileira de 1891, nota-se as amostras de grande quantidade de mamíferos de grande e médio porte. Nesse sentido, demonstra-se que existia uma diversidade de espécies e que hoje a grande maioria não existe mais, dentre elas: onça, lontra, coati escuro, veado chibarro, veado virá, cutia, jaguatirica, gato do mato, anta, irara, rato do banhado.

No caso do desmatamento, eles foram causados inicialmente para fins de exploração madeireira, pois as derrubadas e as queimadas tinham como finalidade fazer recuar a mata para fazer suas plantações. Apenas na segunda fase da colonização, é que ocorreu a utilização da madeira para comercializar, isso contribui para o esgotamento quase total das florestas nativas do Rio Grande do Sul. Os colonos alemães empreenderam inicialmente o desmatamento e a queimada para fins de cultivo.

Juliana Bublitz⁶⁸ (2006) comenta que no relato do viajante Arsène Isabelle⁶⁹, exalta a grande variedade de animais existentes na então província de São Pedro. Sobre a biodiversidade e a paisagem rural da colônia alemã, Isabelle (1983, p. 7, *apud* BUBLITZ) acrescentaria:

A colônia deve ser visitada pelos naturalistas e amadores da bela natureza: encontram – se todas as produções da província do reino orgânico: lindos pássaros, insetos raros, mamíferos estranhos e plantas preciosas, tudo se reúne nesta localidade para excitar a admiração dos curiosos. Numerosos caminhos abertos no meio dos matos permitem aos caçadores percorrer os arredores de S. Leopoldo sem serem incomodados pelo calor, gozando de espécies bastante variadas e que dão muita sombra. (ISABELLE, *apud* BUBLITZ, 2006).

Podemos perceber que muitos dos problemas ambientais gaúchos estão ligados à migração de pessoas, à concentração populacional e ao crescimento da atividade industrial, ou seja: a geração de afluentes domésticos e industriais que nem sempre recebem o tratamento adequado antes de serem lançados nos rios.

Dos problemas ambientais existentes no Rio Grande do Sul, talvez a perda da biodiversidade seja aquele que apresenta a maior dificuldade ou a impossibilidade de reversão.

Nesse período em que a natureza passou por esse processo de exploração dos recursos naturais, o Comitêsinos, em uma de suas pesquisas sobre o Rio dos Sinos demonstrou que, quando os primeiros descendentes europeus chegaram ao Vale dos Sinos, encontraram um rio de águas limpas, embora muitas vezes turvas pela terra arrancada das margens, nos períodos de muita chuva, mas nada que prejudicasse a abundância de vida.

Nesse breve estudo do projeto de imigração e colonização alemã nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, é possível perceber que contribuiu para o desenvolvimento do Estado, porém ocorrem mudanças ambientais não previstas nesse projeto. A colonização contribuiu para a modificação da paisagem, causando alterações no aspecto natural da região. Essa relação entre colono e natureza influenciou, sem dúvida, o impacto ambiental sofrido pela região ocupada e que trouxe sérias consequências para o meio ambiente nesse processo histórico.

Da mesma forma, a preocupação com a fauna e a flora da região perderam a sua força e passaram despercebidos aos “olhos do governo imperial” desde o início do Projeto Imigrantista, pois esse almejava o desenvolvimento econômico da região a qualquer custo. É

⁶⁸ BUBLITZ, Juliana. **Desmatamento civilizador: A História Ambiental da colonização Européia no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. Brasília, 2006.

⁶⁹ ISABELLE, *apud*. BUBLITZ, p. 2006.

interessante refletir sobre o papel historicamente desenvolvido das políticas públicas que, fomentadas pela ideia de progresso, revelam o descaso com as questões relacionadas ao meio ambiente e sua preservação.

Diante da pesquisa realizada, podemos concluir que a história do processo de imigração e colonização dos colonos alemães em São Leopoldo é relativamente bem conhecida sob os mais diversos aspectos, porém falta aprofundar ainda mais os estudos científicos no que se refere aos impactos ambientais provocados na região a partir desse processo que desencadeou uma série de práticas agrícolas as quais até hoje deixam uma preocupação especial com a natureza e sua degradação, do ponto de vista da História Ambiental.

3 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO

A região do Vale dos Sinos distingue-se das demais regiões do estado do Rio Grande do Sul pelos traços que lhe deu a ocupação alemã desde os primórdios da colonização, no século XIX, como o domínio das culturas agrícolas e as características étnicas que contribuíram para que São Leopoldo fosse considerada uma região. Conforme Milton Santos⁷⁰ (1985), região é considerado como o campo de “ações concomitantes de intensidades variáveis”, de acordo com o mesmo autor, o quadro físico também age como uma força. Através do equilíbrio de forças, podemos definir as áreas de colonização germânica como uma região a ser explorada e a qual iremos chamar de região colonial.

A colonização por imigrantes alemães pode ser compreendida através de sua ocupação espacial, que ocorreu em São Leopoldo, junto às vias fluviais, beneficiou-se da navegabilidade do Rio dos Sinos para a atividade de comércio dos produtos coloniais. O espaço seria “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos são resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS⁷¹, 2012, p. 78).

Para compreender esse processo de ocupação desenvolveremos essa pesquisa, buscando identificar as principais modificações ambientais que ocorreram na colônia de São Leopoldo, entre elas: a ocupação às margens do Rio dos Sinos, a agricultura, desmatamento, queimadas e a urbanização, essa que será vista mais adiante no segundo capítulo. Consideramos, em nossa pesquisa, que meio ambiente são todas as coisas vivas e não vivas que ocorrem na terra, ou em alguma região dela, que afetam os ecossistemas e a vida dos humanos, como a vegetação, animais, solo, água e fenômenos naturais que podem ocorrer em seus limites. Também iremos ver como o homem se relaciona nesse meio natural, conforme Corrêa⁷² em seu artigo *Um estudo crítico da relação entre ser humano e natureza* Possibilidades para fundamentação de uma ‘Educação Ambiental, a relação dialética entre o ser humano e natureza pressupõe uma existência e a sua sobrevivência, estabelecendo ao longo da história relação de transformações do meio ambiente.

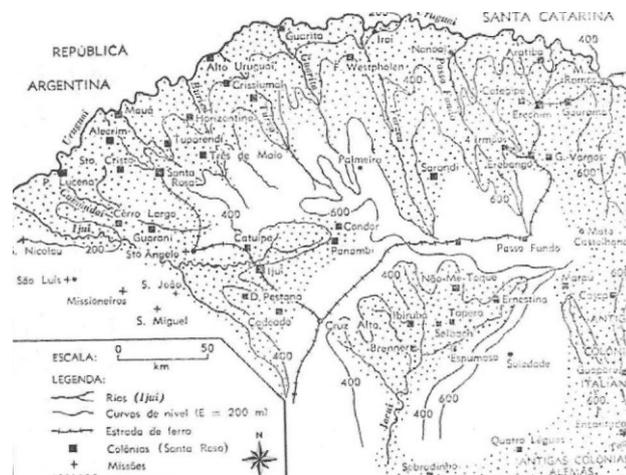
⁷⁰ SANTOS, *apud*. REINHEIMER, 1999, p. 18.

⁷¹ *Ibidem*, p. 78.

⁷² CORRÊA, Soraya. Um estudo crítico da relação entre o ser humano e a natureza: Possibilidades para a fundamentação de uma Educação Ambiental. **Efdeportes**, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 15, n. 143, abr. 2010.

Para uma melhor compreensão da temática proposta, faz-se necessário uma revisão historiográfica do processo de colonização no Rio Grande do Sul, na qual a dimensão ambiental aproxime-se da dimensão socioeconômica da história do desenvolvimento dessas regiões ocupadas pelo imigrante alemão, para uma compreensão mais efetiva das relações estabelecidas entre os colonos e a natureza. Se faz necessário levar em consideração que, antes da chegada dos colonos à região de São Leopoldo, já a habitavam os povos indígenas, os escravos africanos e nacionais que também interagiam com essa natureza.

A colônia de São Leopoldo, conforme Roche, colônia seria “grupos de estrangeiros onde residiam isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe Pátria e, por vezes, pela religião” (ROCHE⁷³, 1969, p. 3). No mapa a seguir, temos as principais áreas florestais e colônias alemãs no norte do Rio grande do Sul.



Mapa 4 - Áreas florestais e colônias de predominância germânica ao norte do Rio Grande do Sul.

Fonte: GERHARDT, Marcos. **Colonos ervateiros: História Ambiental e Imigração no Rio Gande do Sul.** 2011.

Nos primeiros anos da colonização alemã, no espaço correspondente a colônia de São Leopoldo, evidencia-se um ambiente de muitas belezas naturais, como as matas, árvores nativas da região, diversas espécies de animais e vegetais, o Rio dos Sinos e os banhados. Porém, em menos de cinquenta anos, esse ambiente se modificou visivelmente, especialmente com o desenvolvimento das práticas de comércio que se desenvolvem rapidamente, pois o Rio dos Sinos foi o meio mais utilizado pelo colono para o transporte de mercadoria. Nesse sentido, faz se necessário conhecer a importância da navegação fluvial para a região do Vale dos Sinos para o seu abastecimento a prática da agricultura, o transporte dos produtos

⁷³ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** v.1, Porto Alegre: Globo, 1969.

produzidos na colônia, a incipiente industrialização e o processo de formação do espaço urbano, que será mencionado mais adiante.

A seguir iremos abordar a ocupação e organização espacial dos imigrantes na área por eles colonizada. Essas áreas, situadas em terras ao longo dos cursos do rio, permitiram uma forma característica de ocupação, onde o rio foi utilizado em todo o período de implantação e expansão da colônia, como também temos que considerar que a forma de ocupação e colonização seja pelo surgimento das “picadas” e “linhas,” evidenciaram as características étnicas da população de origem alemã. Esses aspectos, espaço e etnia, foram utilizados para caracterizar as áreas de colonização como uma região.

Para compor essa parte do trabalho, nos aproximaremos da geografia. Nessa ciência encontramos subsídios para delimitar o espaço da região colonial e apontar as características que definem uma região dentro de uma temporalidade. Nesse primeiro capítulo iremos abordar a ocupação e organização espacial dos imigrantes na área por eles colonizada.

Essa forma de ocupação foi parte do projeto imigrantista. Ele surgiu a partir da abolição da escravidão, pois com o passar do tempo, a Coroa foi pressionada pelas autoridades inglesas a abolir a escravidão africana no Brasil, essas pressões por parte da Inglaterra acontecem não porque haveria mais consumidores dos seus produtos industrializados, mas devido aos altos investimentos com pouca rentabilidade e muita tensão. Os senhores de escravos teriam a possibilidade de investir em outros setores caso não tivessem que despende capital na compra e manutenção da mão de obra escrava, desta forma o fariam com produtos e serviços oferecidos pelos ingleses. Surge a necessidade de inovação nas técnicas de produção, implantação de novas tecnologias para um melhoramento na agricultura. De acordo com a autora:

O estilo de vida se modernizava, as tecnologias ofereciam novas comodidades, e o Brasil poderia delas fazer uso. Por outro lado, barateando os custos da produção brasileira, a competitividade no mercado externo tronar-se-ia mais favorável aos produtos brasileiros. (FERNANDES, 2011, p. 33).

A participação dos alemães no projeto imigrantista⁷⁴ de colonização, baseado na pequena propriedade familiar e sua organização étnica, contribuiu para caracterizar a colônia de São Leopoldo, deixando traços marcantes de sua cultura, língua, religião e trabalho, no período de 1850 a 1900, em que perdurou o fluxo imigratório; essa contribuição foi fundamental para o processo de ocupação das novas terras. Vejamos, na imagem abaixo, o

⁷⁴ Projeto imigrantista – O projeto passava a ideia de modernização que permitia o desenvolvimento local/regional. ARENDT, Pelos caminhos da Rua Grande, São Leopoldo: Oikos, 2011.

local de desembarque dos alemães em São Leopoldo. Essa presença alemã em São Leopoldo é tão significativa que há símbolos na cidade dessa característica, um deles é o marco do local de desembarque dos alemães em São Leopoldo. O marco fica hoje no meio da Praça do Imigrante (figura 7).

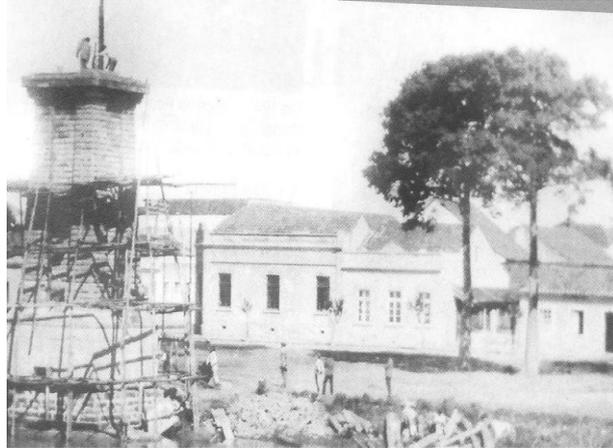


Figura 7 - Local de desembarque dos alemães em São Leopoldo ganhou um Monumento pelo centenário da imigração, em 1924. Com o posterior Aterramento da área, o marco fica hoje no meio da Praça do Imigrante.

Fonte: Almanaque do Rio dos Sinos, 2011, p. 12.

Essa corrente demográfica era constituída por trabalhadores braçais de origem alemã, cuja vinda e fixação no país foram promovidas e estimuladas por uma política oficial chamada de povoamento, cujo interesse era a mão de obra. Conforme⁷⁵ Doris Fernandes (2011), havia internamente muita resistência à mudança na forma de mão de obra. Existiam os partidários da modernização, mas questionavam quem iria indenizar o escravo pela liberdade, havia o que eram contrários a qualquer mudança por considerá-la prejuízo. O que era visto foi a impossibilidade de modificação da mentalidade e de comportamento escravista vivido até aquele momento. A autora ainda comenta que o Império Brasileiro, diante da resistência para adoção da mão de obra livre, conduz o processo procurando evitar enfrentamentos internos. Adotam uma postura de se adequar aos poucos de uma forma mais passiva e sem conflitos. Diante disso, D. Pedro I toma a decisão de adotar um projeto de imigração já pensado por seu pai. D. João VI. Procura desenvolver uma política que unia imigração com colonização e ocupação, mão de obra livre com pequena propriedade e policultura, abolição da escravatura com a propriedade da terra.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 34.

Tramontini⁷⁶ em *A questão da terra na fase pioneira da colonização* comenta que o processo de colonização com imigrantes alemães no Rio Grande do Sul teve como um de seus focos de maior tensão e geração de conflitos, a questão da propriedade da terra. De acordo com o autor:

Num quadro de conflitos de interesses, a organização burocrática incipiente do Império, os desmandos administrativos, o crescimento e expansão da Zona colonial, a valorização das terras, a especulação, a política fundiária em processo de definição, dentre outros elementos, definem um panorama de tensões no que se refere à posse e propriedade das terras coloniais desde o início da sua demarcação até meados do século XX. (TRAMONTINI, 1994, p. 55).

Esses imigrantes eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo da colônia. Dessa forma, podemos dizer que o investimento colonizador no Sul do país, portanto, não atraiu um fluxo espontâneo de imigrantes alemães, mas tinha como finalidade ocupar terras devolutas, objetivando a ocupação do território num sistema que privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com a mão de obra familiar.

Tramontini⁷⁷ comenta que se as adversidades enfrentadas pelos colonos, tanto nas disputas por terras como no confronto com a administração imperial e com a sociedade rio-grandense, não podem ser reduzidas à discussão sobre os fundamentos legais da propriedade privada da terra, a análise da colonização alemã em São Leopoldo na primeira metade do século XIX deve focalizar a dinâmica política e o conflituoso processo de enquadramento dos imigrantes na organização social brasileira. O projeto de imigração tinha como objetivos específicos o branqueamento da população, o desenvolvimento da agricultura e do artesanato e a ocupação do Brasil Meridional. De acordo com o autor:

Poderíamos enumerar uma série de interesses e objetivos que foram antes e durante a implementação desse projeto cogitados e pretendidos, como de instaurar uma agricultura de subsistência subsidiária a de exportação, explorada por homens livres e sob o regime da pequena propriedade, aumentar a população do país, a fim de favorecer a implantação da indústria, do comércio, etc, formar um exército capaz de garantir a segurança interna e servir à política expansionista nas províncias cisplatinas; preparar a abolição do tráfico de escravos; ou de criar uma classe média. (TRAMONTINI, 2000, p. 45-46).

⁷⁶ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A questão da terra na fase pioneira da colonização*. In: AUCH, Cláudia ET. VASCONSELLOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**: Cultura, etnicidade, história. Canoas: ULBRA, 1994.

⁷⁷ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. Unisinos, 2000.

Os idealizadores da política imigratória queriam camponeses e artesãos, mas as informações disponíveis na documentação das administrações coloniais mostram certa heterogeneidade: existe uma predominância de indivíduos qualificados como “lavradores,” oriundos de diversos estados alemães, principalmente da Pomerânia, também vieram operários, professores, refugiados políticos e até indivíduos com recursos financeiros que puderam dedicar-se às atividades comerciais e industriais.

3.1 Perfil da Região Colonizada pelo Imigrante Alemão

A região ocupada pelos imigrantes alemães no período que corresponde de 1850 a 1900 de acordo com Reinheimer⁷⁸ (1999), corresponde à área que se situa no centro-norte do Rio Grande do Sul, tendo como limites relativos, ao sul e oeste, o rio Jacuí, e, a leste, a planície do litoral norte. Ao norte, os limites oscilam com a zona inicial do planalto. Essa delimitação faz parte da “Área ao pé da Serra,” descrita por Roche (1969). Corresponde às bacias fluviais do Rio dos Sinos, Rio Caí, e do Rio Taquari. Atualmente, uma das características dessa área, quando comparada a outras do Rio Grande do Sul, como campanha, na fronteira com o Uruguai e Argentina, e com os campos de cima da Serra, refere-se à urbanização e demografia. Nela encontramos, de acordo com Rambo⁷⁹ (1988), dezenas de pequenos municípios densamente povoados.

Nessa região da colônia de São Leopoldo percebemos aspectos que podem ser abordados dentro da geografia crítica. De acordo com Milton Santos (1996) o espaço é visto como um fator social, produto da ação humana. Ou seja, a ação da sociedade transforma a paisagem num período temporal. O caráter concreto, representado pelo espaço, e o peso do passado, que se traduz pela ação humana, resultam num equilíbrio de forças que se define como uma “situação”, isto é, a região. Nesse aspecto será abordada a transformação ocorrida na região que corresponde à colônia de São Leopoldo, pela ação dos colonos alemães.

Nesse contexto de colonização, o espaço, aqui é considerado como uma totalidade, isto é, a soma dos aspectos geográficos e da sociedade. Não podemos atribuir à região que corresponde a São Leopoldo uma denominação de paisagem natural, pois, em parte,

⁷⁸ REINHEIMER, Dalva. **As colônias alemãs, rios e Porto Alegre**. Estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio grande do Sul (1850-1900), São Leopoldo, 1999.

⁷⁹ RAMBO, Arthur Blasio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. 1988. p. 11.

evidenciava ações da sociedade que ali se desenvolveu antes da colonização alemã. Mesmo que em alguns lugares o quadro físico que corresponde à organização das terras, exploração da vegetação e utilização dos rios, como via fluvial para as atividades de comércio preponderasse, atuaram sobre esse lugar forças sociais externas, por exemplo, o próprio projeto de colonização com imigrantes realizado pelas autoridades desde o período Imperial.

As características de uma determinada população também contribuem para definir uma região. Uma das características que se evidenciou na relação entre os imigrantes alemães na colônia são os traços étnicos. A sociabilidade étnica é um aspecto que também se insere na definição de região, pois ela irá caracterizar a organização dessa comunidade e o modo de vida definidos como teuto-brasileiros, influenciados pelo processo histórico de colonização. Conforme Rambo⁸⁰ (1988), não ficaram restritos apenas às regiões coloniais, mas se expandiram para os contextos urbanos, onde ocorreram grandes concentrações de alemães e seus descendentes. Para o autor:

Os colonizadores, desde cedo e a partir do momento em que de alguma forma fosse possível, reuniam-se nas suas associações de igrejas e de escola. Por ocasião dos “kerbs”, de casamentos, etc., encontravam-se para cantar, para dançar, para beber, para jogar algum baralho. Antes de 1850, não há evidências sérias de uma vida associativa de proporções razoáveis. (RAMBO, 1988, p. 37).

O traço étnico dos imigrantes se evidenciou quando ocorreu a instalação nessas novas terras, especialmente através da língua e de suas tradições. A localização dos imigrantes alemães no seio da comunidade nacional incentivou os laços étnicos, pois em relação aos habitantes nacionais ocorreu uma tendência para uma segregação, uma vez que.

No ambiente brasileiro, os imigrantes alemães estavam desde o início em situação de marginalidade. As povoações teutas surgiram geralmente em regiões pouco povoadas e, por esse motivo, o contato com a população já estabelecida no país era mínimo. Elementos da cultura brasileira só eram adotados quando se via neles alguma vantagem. Surgiram povoações etnicamente homogêneas, nas quais a língua e as tradições puderam ser preservadas. (DREHER, 1984, p. 39, *apud* REINHIMER, 1999).

Os laços que os identificavam, a língua e as tradições foram mantidas. Foi também relevante a questão da religião para os imigrantes protestantes. Desenvolveu-se na “picada” o sistema da vizinhança, unidade formada por grupos de moradores que se auxiliavam mutuamente na colheita, nas festividades e no luto e também em casos de doenças. A partir dessa organização, é possível entender o restante da organização da picada: ela é comunitária

⁸⁰ *Ibidem*, p. 37.

e cooperativa. Os pequenos municípios do Rio Grande do Sul tem sua origem numa forma de organização social denominada de Picada. A designação também pode ser substituída, regionalmente por Linha, Lajeado, Travessa ou Travessão. Dreher⁸¹ em seu artigo *O desenvolvimento econômico do vale dos Sinos* fala que a Picada era a forma básica de penetração na floresta subtropical, na qual se busca abrir com os instrumentos disponíveis vias, ao longo das quais vão sendo instalados imigrantes, em lotes que lhes são designados. De acordo com Dreher no mesmo artigo (2011, p. 45):

A picada que, inicialmente, nada mais era que trilha de acesso a uma propriedade, passou a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora de vida comunal, geograficamente identificável. Era uma unidade humana, na qual se encontrava templo (católico ou luterano, as confissões religiosas às quais pertenciam imigrantes alemães), a escola (tradição trazida pelos imigrantes e que teria importância fundamental para o desenvolvimento do Brasil meridional), o cemitério (espaço de reverência a mortos e de preservação de memorial comunal), a residência do professor ou do padre/pastor, o salão de festas comunitárias (também designadas de sociedade ou clube). Cada picada abrigava uma casa comercial, entre posto para a qual eram vendidos os excedentes de produção e através do qual se adquiriram bens não produzidos na comunidade. A casa comercial, muitas vezes conhecida como “venda”, era a porta de comunicação da picada como o mundo exterior. (DREHER, 2011, p. 45)

As picadas eram muito importantes nesse processo de ocupação, pois serviam como uma forma de orientação nas matas, conforme Rambo⁸² (1988), as “picadas”, significam a trilha de acesso às novas propriedades. A picada representava o pequeno mundo comunal geograficamente identificável. Era o universo imediato em que os filhos dos agricultores, após ultrapassarem os limites estreitos da família e do lar, tomavam contato com um universo mais amplo, contudo delimitado. Dessa forma, o trabalho na colônia de São Leopoldo é feito em grupos, pois se percebe que o homem começa a produzir quando trabalha em equipe, num regime de cooperação, ou seja, numa sociedade, com a finalidade de alcançar objetivos em comum. As atividades artesanais surgem nesse pequeno mundo rural onde a criança começava a construir o seu grupo de relacionamento social fora da família, o autor afirma que:

⁸¹ DREHER, Martin N. **O desenvolvimento econômico do vale dos Sinos**. 2011.

⁸² *Ibidem*, p. 15.

Era nele que ela lançava as raízes existenciais como membro de uma comunidade. Impunha-se a convicção de que o indivíduo nada é sem a comunidade e esta, por sua vez reduz-se a uma abstração caso seus membros não estiverem conscientes e existencialmente comprometidos com as preocupações e os objetivos comuns. Tem-se aqui, ao que parece, uma boa explicação para a importância que se dava à figura, à primeira vista, apenas geográfica da “picada”. Tornaram-se correntes e a tradição incorporou na própria herança cultural expressões que ainda hoje se escutam com frequência: “na minha “picada” ou” na picada de meus pais costuma-se agir de maneira diferente em relação a tal fato [...] (RAMBO, 1988, p. 15).

As colônias tinham em comum a mesma organização espacial, bem como sua estrutura institucional, pois seu perfil e seus objetivos eram os mesmos. Rambo (1988) nos fala que eram autônomas, autossuficientes, auto-administrativas e autogerenciadas no que diz respeito a quase tudo o que se relaciona com o dia a dia do agricultor. E o dia-a-dia dessa gente gravitava em torno de cinco balizas essenciais: a religião, a escola a agricultura, a arte e as divisões do trabalho.

A prática religiosa o espírito, conforme Rambo⁸³ (1988), tinham sua garantia numa organização adequada atuante. Mesmo que não se contasse com a presença constante de um sacerdote ou de um pastor, a vida religiosa dificilmente sofria deficiências ponderáveis. Reservavam-se uma área de terra, na qual seria erguida a Igreja, capela ou oratório. Nas imediações de igrejas e capelas, delimita-se um terreno de boas proporções, destinado ao cemitério; na proximidade do cemitério e das paróquias, construía-se a moradia para o vigário.

Nos cemitérios coloniais, não existiam zeladores ou coveiros. Tudo fazia parte da atribuição da diretoria que acionava os dispositivos comunitários disponíveis necessários para garantir o que fosse necessitado.

Todas as tarefas complementares eram realizadas em forma de mutirão, os membros da comunidade deveriam comprometer-se com as obras a serem realizadas. Quando concluída, era colocada à disposição da população.

A atividade religiosa, assim como a escola, a língua, serviu como distinção étnica, tendo critérios subjetivos de fé e religiosidade, supostamente mais intensas entre os colonos, especialmente, quando articulada com a escola alemã. A Igreja Evangélica Luterana é, em si mesma, uma característica étnica dos alemães para os brasileiros.

A religião e sua prática tinham como garantia a diretoria religiosa, assim também a escola tinha seu respaldo institucional. Segundo Rambo⁸⁴ (1988), em todas as comunidades detentoras de uma escola, também era instalada uma diretoria de escola. As duas diretorias, a

⁸³ *Ibidem*, p. 16.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 17.

da igreja e da escola, eram independentes, podendo, contudo, os integrantes de uma fazer parte da outra. Era fundamental o cuidado pela escola como instituição fundamental dentro da vida comunitária. À diretoria da escola cabia a tarefa de contratar o professor, controlar o seu desempenho, garantir a sua remuneração, decidir sobre a sua substituição caso não correspondesse às exigências éticas e profissionais mínimas. A escola foi, em primeiro lugar, pensada, projetada, executada, implantada e cultivada como uma instituição essencialmente comunal. Sua tarefa se resumia em atender às necessidades imediatas e mediatas da comunidade na qual estava inserida. A escola e também a igreja significavam, dessa maneira, um assunto de exclusiva responsabilidade da comunidade.

As tarefas eram realizadas pelos membros da família, numa divisão de trabalho simples, por sexo e idade. Conforme Fausto⁸⁵ (2000) as técnicas de cultivo utilizadas não contribuíam para a modernização da agricultura pretendida pelos idealizadores da política de colonização: os alemães pelo menos no início da exploração agrícola adotaram a coivara (desmatamento seguido de queimada, o solo preparado para o plantio com enxada); mais tarde houve uma progressão técnica paulatina, com o emprego da rotação de terras e cultivo, de arado, para evitar o esgotamento do solo.

Entretanto, pensando no objetivo da vinda desse imigrante alemão, verificamos que houve investimento por parte do governo, visando aos interesses do império. Um dos interesses foi o fortalecimento da economia na região de São Leopoldo. Para Moure⁸⁶ (1980) a inserção da economia imigrante na economia do Rio Grande do Sul representou uma parte de um todo maior que, em hipótese alguma, se deve perder: a inserção da formação social rio-grandense. Esta última só existe a partir do momento em que haja relações entre os diferentes setores produtivos que ocupam o espaço geográfico. No momento em que a produção agrícola é estimulada para uma maior circulação dos produtos, a organização do espaço nessas colônias é importante para o estado. São Leopoldo, desde a segunda década de colonização pelo elemento germânico, já correspondeu a essa prerrogativa.

Podemos verificar que a produção nas colônias impõe ritmo à vida e às atividades dos seus habitantes, à utilização disciplinada do espaço e do tempo. Os modos de produzir sofrem modificações, as relações do homem com a natureza mudam, a natureza se transforma pela produção e não há produção sem instrumento de trabalho e se desenvolvem com o passar do tempo.

⁸⁵ FAUSTO, Boris in. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

⁸⁶ MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrand. (Org.). **RS: Imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

Uma característica das comunidades germânicas é o trabalho familiar, essas famílias constituíam micro empresas rurais autossuficientes no que se referia à grande maioria de suas necessidades mais importantes. Rambo⁸⁷ (1988), afirma que se empregava como norma de produção, a policultura destinada, em primeiro lugar, à subsistência da família. O milho, o feijão, a batata, o arroz do seco, o aipim, a mandioca, além de uma variedade razoável de frutas, representavam os produtos mais importantes. Os ovos, em qualquer parte da colônia, entravam como um complemento importante da dieta. Do milho se obtinha a farinha básica para fazer o pão e o farelo destinado ao trato dos animais. O excedente desse cereal podia ser comercializado a qualquer momento. Plantava-se também arroz do seco, o suficiente para suprir as necessidades da família, ficando, muitas vezes, uma margem expressiva de excedentes destinados então para venda. O feijão representava um dos produtos de importância fundamental. Os produtores de feijão bem sucedidos gozavam de um prestígio automático. Encontrava-se ainda pelas colônias muitas outras culturas destinadas ao consumo humano e animal. Entre as mais conhecidas, podem ser citados a batata doce, o amendoim, a abóbora, a moranga e a banana. Essas atividades contribuem para a exploração da terra, implantação de novas técnicas de cultivo para beneficiar a agricultura, a utilização dos campos para o plantio em maior quantidade, a derrubada de árvores para aumentar o espaço a ser cultivado. Conforme a natureza da cultura praticada e a fertilidade do solo, o mesmo terreno oferecerá uma, duas ou mais colheitas, sempre obtidas pelo mesmo processo, porém o rendimento diminui muito rápido. Roche (1969) coloca que o colono abandona a roça que torna a formar nova capoeira, que é, portanto, com a queimada, a característica dessa agricultura. Durante a reconstituição da vegetação natural, pratica a mesma série de operações em outra roça, dessa forma utiliza o solo, através de uma estrutura agrária de cultivo, para suas plantações. (figura 8).

⁸⁷ *Ibidem*, p. 19.

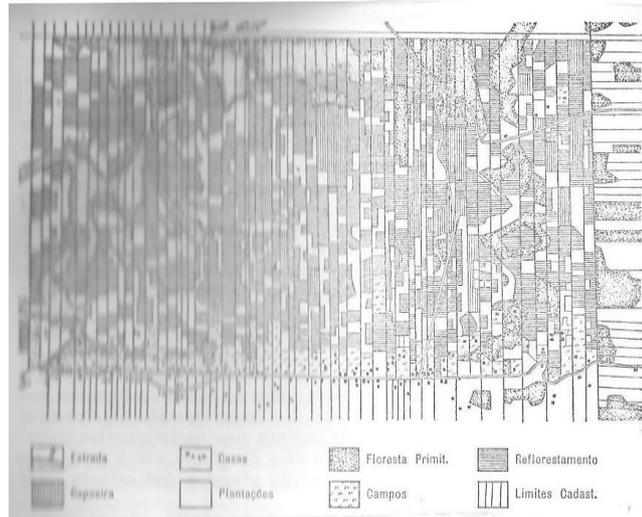


Figura 8 - Estrutura agrária e utilização do solo em uma antiga colônia

Fonte: Roche, 1969, p. 287.

Entre as atividades exercidas na colônia, Rambo⁸⁸ (1988) ressalta que a criação de animais de todo o tipo nunca foi uma atividade primordial numa propriedade colonial típica, excetuando talvez o porco. Fazia o papel de uma atividade complementar destinada a assegurar, antes de qualquer coisa, parte da alimentação. O autor ainda diz que as casas comerciais polarizavam, na prática, toda a vida e toda atividade econômico-financeira das comunidades rurais. Elas se encarregavam de levar os produtos coloniais, colocá-los nos centros maiores e fornecer os manufaturados e utilidades diversas, pondo-as à disposição dos clientes do interior. Dessa forma, podemos dizer que tudo lhes era fornecido pelas casas comerciais locais, a não ser os raros bens mais sofisticados. A produção permitia a mesa farta para a família e gerava excedentes, encaminhados à venda. A própria dinâmica espacial fez com que cada área dentro da região de São Leopoldo, de acordo com o número de núcleos que se desenvolviam, surgisse um centro restrito, de atuação local.

Verificamos, nesse contexto de desenvolvimento comercial, a importância do Rio dos Sinos para o transporte de mercadorias a serem comercializadas. Podemos chamar esse estabelecimento comercial de venda. Esses estabelecimentos surgiram e prosperaram próximos ao cais do rio; a partir desses locais se estabeleceu a comunicação pelo comércio através da navegação fluvial entre os próprios núcleos coloniais, e desses com o seu centro restrito. Através da navegação fluvial, cada área também se comunicava com a cidade que realmente polarizou a região colonial.

Diante desse contexto de desenvolvimento da colônia, podemos dizer que São Leopoldo, desde a chegada dos imigrantes alemães em 1824, foi o centro de uma área

⁸⁸ *Ibidem*, p. 2.

colonial, conforme Reinheimer⁸⁹ (2010) O lugar onde inicialmente surgiu a vila de São Leopoldo, sofria periodicamente com as enchentes, mas apesar disso tinha todo um envolvimento com as outras áreas da colônia de São Leopoldo. E o marco dessa ocupação e desenvolvimento foi a presença do Rio dos Sinos. Diante disso, é possível dizer que a vila de São Leopoldo surgiu num lugar de fácil comunicação com os núcleos coloniais que foram se desenvolvendo ao longo do curso do rio, estabelecendo ligação com a capital da província. Essa ligação foi efetivada através da navegação fluvial e, mesmo com as dificuldades apontadas, garantiu o crescimento das áreas servidas pelo Rio dos Sinos, crescimento esse baseado na relação comercial com Porto Alegre.

Outro fator relevante para a produção agrícola era a terra fértil, mas possuir terras favoráveis para o escoamento da produção era fundamental para o êxito de uma colônia e, até o final do século XIX, havia uma relação favorável entre o sucesso da colonização e a existência de bons meios para essa prática, uma delas era a navegação fluvial. Conforme Roche⁹⁰ (1969), a navegação fluvial conservou, portanto, um papel importante, sobretudo com respeito à expedição de produtos de baixo peso ou de pequeno valor, sob grande volume. Esse papel foi essencial no desenvolvimento das antigas colônias. Mesmo diante de obstáculos, as colônias prosperavam se fossem abastecidas através da navegação pelo Rio dos Sinos e pudessem exportar os excedentes de suas colônias.

Podemos dizer que não só produtos agrícolas foram comercializados pelo imigrante alemão, mas também outros produtos que eram produzidos na colônia, de forma artesanal. A imigração, desde os seus primórdios de produção para subsistência, desenvolveu a técnica do artesanato rural. O crescimento da colônia proporcionou o surgimento e desenvolvimento dessa técnica, empregando matérias-primas naturais, na fabricação desses artigos; dentre eles podemos identificar os carpinteiros e marceneiros, que se utilizavam da madeira das árvores, derrubadas em grande quantidade; também podemos citar a construção de moinhos, refinarias e curtumes, e, mais adiante, o surgimento das indústrias que contribuíram para a poluição do solo e da água do rio. Diante disso, os ramos artesanais ocuparam importante lugar na economia das colônias, mostrando-se mais favoráveis à ela. Até então, era a família que fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava farinha de arroz, mandioca e açúcar mascavo, óleo de sementes de abóbora e preparava o fumo. Além de fornecer os artigos necessários à vida local, o artesão realizava a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 36.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 61.

Jean Roche⁹¹, ao analisar a estrutura de produção do artesanato enfatiza a inexistência de capital e conseqüentemente a atrofiamento na acumulação. As ferramentas eram simples e a mão de obra executada por um ou dois ajudantes. Para Roche⁹² (1969) apesar de recebem salários normalmente, eram filhos ou parentes próximos do artesão. Muitos artesãos dividiam sua produção com a agricultura em sua pequena propriedade. Conforme o autor:

A quase totalidade dos artesãos locais foram filhos de colonos, isto é, de lavradores. Adotaram, por vezes, uma profissão para a qual descobriram em si aptidão especial; com muito mais frequência, continuaram um ofício exercido pelo pai ou avô, que lhes legou as fórmulas e os segredos dele. Não se trata tanto de um aparecimento como de um “ressurgimento” do artesanato, banido na primeira geração pela organização oficial da colonização e pela luta pela sobrevivência, mas que reapareceu na segunda geração, graças ao esforço dos colonos para melhorarem as condições de vida e graças à elevação da prosperidade das colônias. Assim, o artesanato associou-se à agricultura. (ROCHE, 1969, p. 486).

Os artesãos das colônias forneciam certos produtos aos agricultores e transformaram grande número de suas colheitas, continuando eles próprios a explorar a terra. Roche⁹³ (1969) diz que a quase totalidade dos artesãos pertenciam a famílias estabelecidas há muito tempo na picada, pois o artesanato foi o elemento de fixação do homem à terra, e à povoação, em oposição à agricultura pura. A atividade artesanal esteve ligada à falta de terra e à falta de trocas, que o mesmo o indivíduo exercia, muitas vezes, além da agricultura, dois ou três ofícios simultaneamente. O mesmo autor comenta que houve relação entre o desenvolvimento do artesanato, de um lado, e a importância numérica da população ou a facilidade das comunicações, de outro. No interior das terras, o número de artesãos aumentava, ao passo que, às margens dos rios, cuja colonização remontava, todavia, à época anterior, quase não se encontrava artesãos.

As primeiras atividades tenderam simplesmente à satisfação das necessidades essenciais: alimentar, alojar e vestir os homens. Roche⁹⁴ (1969) afirma que o artesanato rural dividiu-se em dois grandes ramos: a fornecimento dos artigos necessários à vida local e a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis.

Em São Leopoldo, os colonos que se dedicavam exclusivamente à agricultura haviam começado a apelar para a produção de outros produtos e voltaram ou tornaram-se artesãos.

⁹¹ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. v. II. Porto Alegre: Globo, 1969.

⁹² *Ibidem*, p. 486.

⁹³ *Ibidem*, p. 486.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 481.

Roche⁹⁵ (1969) fala que, ao lado dos ferreiros, aparecem os serralheiros, os funileiros e depois os pedreiros, conforme o autor:

O desenvolvimento das construções trouxe a multiplicação e a prosperidade das fábricas de tijolos e de telhas, às quais se juntaram as de louças. As serrarias começaram a roncar. As marcenárias fabricaram o mobiliário rudimentar, que substituiu os caixotes e os caixões utilizados como mesas e cadeiras pelos imigrantes. As tanoarias forneceram tonéis para os líquidos, e acondicionamentos para grande número de produtos. (ROCHE, 1969, p. 481)

Podemos verificar que até meados de 1874, durante duas gerações pelo menos, esses ramos artesanais continuaram a subdividir-se, surgindo novos constantemente, de acordo com Roche⁹⁶ (1969) fabricação de arado, de carroças, de barcas, de moinhos de cana e de farinha, de cola e de corda. O mesmo autor escreve que algumas fabricações, no entanto desapareceram. O açúcar não era produzido, senão em caso de penúria, o vinagre só fora fabricado na colônia de São Leopoldo.

Os moinhos de farinha bem como os alambiques conservam por toda a parte a sua importância. O fumo, preparado pelos colonos para sua própria satisfação, conquista nas colônias do Rio dos Sinos, Caí, Taquari e, sobretudo, em Santa Cruz, um lugar cuja importância cresce sempre. E, com isso, essas atividades vão modificando o meio natural, através do descuido com o solo, a água e as matas que, aos poucos, vão perdendo o seu espaço para dar lugar a essas novas técnicas. Assim como os agricultores emigram para novas zonas pioneiras, assim os artesãos se tornam, nas cidades maiores, operários os contramestres de fábricas.

Além de alemães que colonizaram São Leopoldo, o estado também foi ocupado por outros imigrantes. Correa & Bublitz⁹⁷ (2006) afirmam que “Nos séculos XIX e XX, alemães, italianos, poloneses, russos e judeus, entre outros, formaram ainda diversa colônias no sul do Brasil” (CORREA; BUBLITZ, 2010, p. 10). Deve-se aos açorianos a introdução da primeira lavoura especializada, isto é, da triticultura. A introdução de hortaliças e frutas de origem europeia e africana também ocorreu com a colonização açoriana. Os autores ainda falam que, a partir de 1875, milhares de imigrantes italianos subiram a encosta da Serra e estabeleceram-se na área. Coube a eles a tarefa de povoar a região de montanha coberta de mata densa, fechada e úmida, delineada no alto por centenas coníferas, entre elas majestosa araucárias,

⁹⁵ *Ibidem*, p. 481.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 482-483.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 10.

localizada no norte da província. A floresta impenetrável e a borda da Serra, um paredão de mais de 300 metros de altitude, até então eram habitados por indígenas, principalmente por coroados, que se dividiam em pequenos grupos e, a seu modo, exploravam a natureza em busca da sobrevivência- o que certamente também implicou num impacto ambiental, mesmo que de baixa escala. Para os colonizadores europeus, no entanto, a mata subtropical e a encosta representavam barreiras naturais a qualquer tentativa de ocupação. Desde o princípio da ocupação do Rio Grande do Sul, as condições físicas e naturais condicionaram o uso do território.

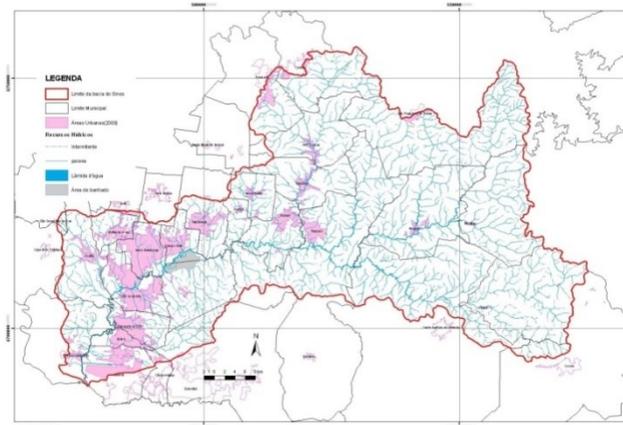
Retomando nosso foco de pesquisa, reforçamos que os migrantes alemães tiveram papel fundamental no crescimento e o desenvolvimento da colônia de São Leopoldo. Após a fase da agricultura ocorreu a fase da indústria. Essa que teve um longo desenvolvimento e enfatizou a importância da primeira atividade da região sendo núcleo-base do processo, pois as colônias utilizavam produtos pecuários e da agricultura na industrialização. A indústria coureira, com a instalação de curtumes, selarias, fábricas de calçados e demais artefatos do gênero prosperou rapidamente e, dessa infraestrutura, surgiu o parque industrial especializado.

Marcas de prosperidade aparecem nesse contexto de ocupação e das terras, mas, sem dúvida, também a exploração fazem parte da história da colonização alemã na região de São Leopoldo, pois os imigrantes buscavam apropriar-se da terra e dos recursos naturais existentes na região; a madeira foi uma das primeiras fontes de riqueza e, conseqüentemente, possibilidade real de obtenção de capital. Exemplos da devastação foram as queimadas e o corte das inúmeras árvores de superfície florestal que foram derrubadas para a utilização da madeira. O impacto ambiental nessas áreas contribui para graves alterações nos ecossistemas, principalmente, na cadeia alimentar da fauna, e as espécies de animais e vegetais que nos dias atuais se encontram em extinção, na região de São Leopoldo. Esses aspectos serão retomados mais adiante.

3.2 A colônia de São Leopoldo e a influência de uma colonização germânica

A região do Vale do Rio dos Sinos está localizada na encosta da Serra Geral do Rio Grande do Sul, na porção nordeste, formada por 32 municípios, ocupando uma área de

3.800km². (COMITESINOS,⁹⁸ 2009). Essas cidades correspondem à área metropolitana, dentre elas: Novo Hamburgo, Sapiranga, São Leopoldo, Parobé, Campo Bom, Estância Velha, Nova Hartz, Portão e outras. No entanto, o município que servirá como objeto de estudo para a nossa pesquisa é São Leopoldo. Podemos visualizar no mapa como é formado o Vale dos Sinos.



Mapa 5 - Mapa do Vale dos Sinos.

Fonte: COMITESINOS. Disponível em <<http://www.comitesinos.com.br/rio/informações.htm>>. Acesso em: 12 set 2011.

O início da ocupação através das colônias ocorreu na área do Rio dos Sinos. De acordo com Reinheimer⁹⁹ (2010) esse rio nasce no interior do município de Caraá, na Serra geral, a 600m de altitude, e tem aproximadamente 190 km de extensão até sua foz, no Delta do Jacuí). O espaço geográfico da área do rio dos Sinos, a oeste, até os últimos contrafortes da Serra do mar; a leste, no município de Santo Antônio da Patrulha; entre a Depressão Central, ao sul e Nova Petrópolis, ao norte. Tem como centros as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Seus principais afluentes, no lado direito, são os rios Rolante, rio da Ilha e o Rio Santa Maria, possuindo subafluentes e arroios que foram importantes na instalação de núcleos coloniais que motivaram o surgimento e o desenvolvimento de povoados. Petry (1964) fala da importância do Rio dos Sinos no transporte do imigrante para São Leopoldo, conforme o autor:

⁹⁸ COMITESINOS – Comitê de preservação, gerenciamento e pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 35.

Foi pelas suas águas que as lanchas trouxeram para o Vale do Rio dos Sinos os imigrantes, que deram início a colonização de vastas regiões do país, pelo sistema de pequena propriedade rural, sistema este a que se devem, em grande parte, os brilhantes resultados conseguidos pelos recém-vindos povoadores e serviu de modelo para o povoamento de outras regiões, com filhos de outras etnias. Foi ainda nas águas do Rio dos Sinos que nasceram as primeiras organizações de transporte fluvial interioranas do estado.¹⁰⁰ (PETRY, 1964, p. 7).

O governo propôs o avanço sobre as áreas a oeste para o interior no vales dos rios Caí e Taquari, porém os colonos demonstraram maior interesse em ocupar a região do Vale dos Sinos. Os colonos deram início ao processo de ocupação das novas terras, ocupando a região de São Leopoldo, utilizaram-se do Rio dos Sinos como meio de transporte, o que deu as condições iniciais de desenvolvimento à colônia, conforme Reinheimer¹⁰¹ (2010) a colônia de 1824 a 1850 passou de uma base essencialmente agrícola para outras atividades, entre elas, manufaturas, comércio e serviço, contribuindo para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul (figura 9).



Figura 9 - Fragmento da Planta da colônia São Leopoldo, 1870

Fonte: GERHARDT, Marcos. **Colonos ervateiros: História Ambiental e Imigração no Rio Grande do Sul.** 2011.

A ação do homem sobre o meio em que ele atua lhe permite explorar e usufruir o que ele lhe proporciona, dessa forma pode-se dizer que a modernização da agricultura, a dispersão industrial introduzem novas formas de organização espacial. O homem age sobre o meio em que vive, modificando a natureza, Santos¹⁰² (2012) nos diz que na sua relação com a natureza, o homem não tem uma atitude de repetição, mas sim de invenção, conforme o autor:

¹⁰⁰ PETRY, Leopoldo. **São Leopoldo** berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 1964.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰² *Ibidem*, p. 96.

O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreendi, aprende. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior é o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado, que modifica tanto o homem como a natureza. (SANTOS, 2012, p. 96).

Portanto podemos verificar que o espaço pode interferir muito no desenvolvimento da produção. Toda a produção é produção do espaço, Santos¹⁰³ (2012) ainda ressalta que não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver para o homem é produzir espaço. A forma de vida do homem é processo de criação do espaço. A relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica, podemos dizer que é reciprocamente progressiva. O mesmo autor fala que a natureza vai registrando e incorporando a ação do homem e dele adquirindo diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico. Logo, o homem é sujeito enquanto a terra é objeto, Santos¹⁰⁴ (2012) afirma que os grupos humanos têm poder de modificar a ação das forças naturais, a natureza ainda obriga esses grupos à adaptação ou impõe resultados diversos a ações semelhantes. O progresso técnico não elimina a ação da natureza.

Podemos relacionar essa ocupação do espaço pelo homem à formação das colônias alemãs, bem como os fatores que levaram ao seu desenvolvimento. A colônia de São Leopoldo destaca-se pela existência de uma estrutura inicial que permitiu o desenvolvimento satisfatório da colonização. Foi fundamental a instalação da colônia de São Leopoldo na Fitoria do Linho – Cânhamo, bem como a proximidade e acesso pelo Rio dos Sinos com Porto Alegre.

Fernandes (2011) comenta que a “imagem da área colonial, é gerada como lugar de grande prosperidade e nesse contexto o imigrante alemão é visto como tendo boa vontade, entusiasmo, trabalho e iniciativa...” (2011, p. 36). O imigrante disposto a contribuir para o desenvolvimento da região não imaginava que poderia gerar para uma grande modificação ambiental ao longo do processo de colonização. A degradação do Rio dos Sinos, o uso indevido do solo, as queimadas, a derrubada de árvores que formam as áreas florestais e também a poluição e a extinção de animais constituem um grande impacto para o meio natural.

Para um desenvolvimento pleno da colônia, São Leopoldo apresentava grande evolução que irá se refletir no aspecto político e administrativo da colônia. Para dar sequência

¹⁰³ *Ibidem*, p. 97.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 99-100.

a esse desenvolvimento, ocorre o aprimoramento das vias de transporte e circulação. Novas vias são abertas, transformando picadas em estradas fundamentais à circulação da produção. Um dos projetos era a estrada de ferro que foi iniciada em 1860, ligando Porto Alegre a São Leopoldo, concluída em 1874.

Outra via, utilizada desde 1824, era o Rio dos Sinos que, como via de transporte deu as condições de desenvolvimento às colônias e estas em poucas décadas, de 1824 a 1850, passaram de uma base essencialmente agrícola para outras atividades, entre elas as manufaturas e o comércio, através dessas atividades, integraram-se na evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A navegação fluvial foi fundamental para o desenvolvimento das colônias alemãs, especialmente pela localização dessas, com os rios navegáveis e a dificuldade de se ter outros meios de transporte. A navegação fluvial desde a metade do século XIX até meados de 1940, obteve grande importância na economia e nas influências sócio- culturais. Verificamos que nesse momento o rio começa a sofrer uma devastação ambiental.

A navegação fluvial beneficiou para conduzir os produtos de São Leopoldo a Porto Alegre. Conforme Roche¹⁰⁵ (1969) a navegação fluvial foi significativa desde os primórdios da colonização no Rio Grande do Sul. “Em barco foram os primeiros conduzidos de Porto Alegre a São Leopoldo, podendo-se ver nisso um símbolo do papel fundamental da navegação em seus estabelecimentos.” (ROCHE, 1969, p. 97).

O transportador e o comerciante, além de impor os preços dos produtos também influenciavam naquilo que seria cultivado na colônia. A navegação fluvial exerceu papel fundamental na exportação desses produtos produzidos na colônia de baixo peso, ou pequeno valor, sob grande volume. Esse papel foi fundamental para o desenvolvimento das antigas colônias, dessa forma é visível a utilização constante do rio para essa finalidade. Sabendo-se que os núcleos urbanos desenvolveram-se no entorno do Rio dos Sinos, baseados nessa realidade, procuramos compreender situações que levaram a degradação ambiental desse mesmo rio.

Nesse período de colonização não se tinha a preocupação com o meio natural; a mata, o solo, o Rio dos Sinos, os animais a natureza como um todo era explorada a fim de alcançar os objetivos de modernização que o projeto de ocupação e colonização da região do Vale dos Sinos impunha para o seu progresso.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 97.

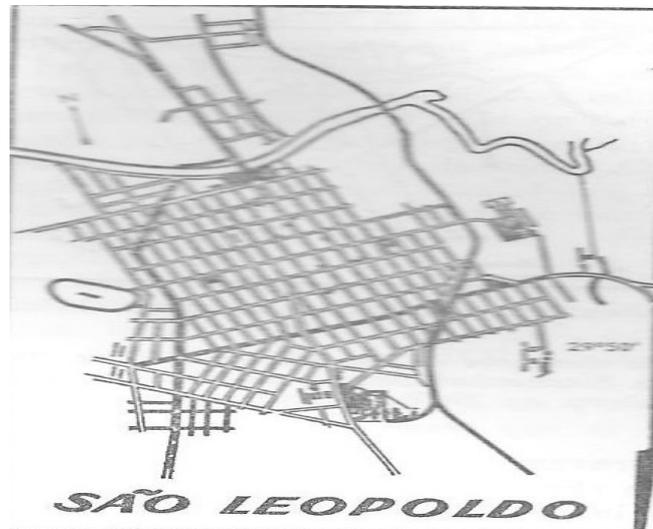
A imigração, embora tenha possibilitado a formação da pequena propriedade rural, não se constitui no elemento gerador de tal processo. Foi elemento viabilizador da pequena propriedade, porquanto o imigrante, dotado de uma maior experiência, possibilita a efetivação desse processo.

Essa relação entre colono e natureza contribuiu, sem dúvida, para o impacto ambiental sofrido pela região ocupada e que trouxe sérias consequências para o meio ambiente nesse processo histórico.

4 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ E AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NATURAL DE SÃO LEOPOLDO

O processo de imigração e colonização alemã no Vale dos Sinos proporcionou elementos que denunciam modificações ambientais nesse empreendimento colonizador em São Leopoldo. Como afirma Roche¹⁰⁶ (1969), “os colonos alemães transformaram a paisagem impondo lhes o seu domínio”.

No Vale dos Sinos, essa ocupação das terras contribuiu para a degradação do meio afetando o solo, água, vegetação, em favor do desenvolvimento da região de São Leopoldo. Podemos visualizar a planta da cidade de São Leopoldo, em 1922.



Mapa 6 - Planta da cidade de São Leopoldo

Fonte: Roche, 1969, p. 221.

No entanto, as riquezas naturais como as florestas nativas, a terra e a água, são utilizadas por esses imigrantes que, conforme Martinez (2006) “foi preciso capitalizar os meios de subsistência e de produção existentes nesta porção do Novo Mundo, a terra, as florestas, os solos, os minerais, a fauna e a flora”.

Dessa forma a progressiva destruição da natureza, que ocorre de forma gradativa, é que nos mostra os impactos sofridos por ela, como fala Milton Santos¹⁰⁷ (2012) “A natureza se encontra em estado de movimento permanente e cada um dos seus momentos é fugaz”.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 198.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 96.

O homem nesse processo de apropriação de território estabelece uma relação entre si e com a natureza, sendo um ser ativo, ele realiza ações sobre o meio natural, como afirma o autor:

O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender da natureza a fim de poder aprendê-la. Quando aprende, aprende. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior é o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado, que modifica tanto o homem como a natureza. (SANTOS, 2012, p. 96).

Dessa forma o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, utilizando-se de técnicas e do trabalho em grupos, nesse processo de desenvolvimento não há uma separação do homem com a natureza, mas ambos se socializam. De acordo com Santos¹⁰⁸ (2012), o homem usa suas forças intelectuais e físicas contra um conjunto de objetos naturais que seleciona como indispensável para se manter como grupo. Assim o homem é sujeito enquanto a terra é objeto. Para o homem ou para o grupo, a natureza deixa de ser algo que funciona apenas segundo leis naturais e passa a ser um grande conjunto de objetos, dos quais o homem escolhe alguns que aprende a utilizar. Esses objetos são, para o grupo, a natureza útil, um subsistema do sistema natural total, o seu subsistema eficaz. Esse subsistema é ainda a natureza, mas já é igualmente social, porque deliberadamente escolhido pelo homem.

Portanto, se o homem é um sujeito e a terra um objeto, que objetos naturais permitiriam a ação do homem? De acordo com Santos (2012) os grupos humanos têm o poder de modificar a ação das forças naturais, a natureza ainda obriga esses grupos à adaptação ou impõe resultados diversos a ações semelhantes. De acordo com o mesmo autor, com o avanço da técnica, os objetos criados substituem cada vez mais os objetos naturais, mas aparecem também como objetos naturais aos olhos das novas gerações. É a história de sua produção que distingue a natureza herdeira do natural e aquela que provém do artifício.

Dessa forma podemos observar o quanto a ação do homem sobre a terra provocou transformações até então muitos ainda desconhecidos sobre as fontes naturais de riqueza ambiental. O historiador Caio Prado Júnior analisou os mais de trezentos anos de conquistas territoriais na América portuguesa. Destacou que ao promover a colonização como um grande esforço de domínio e incorporação de sucessivos espaços, de riqueza de produtos naturais e de aproveitamento das populações nativas em atividades econômicas e militares, a conduta da administração nativa em atividades econômicas e militares, sobretudo, pela vigilância e pela

¹⁰⁸ *Ibidem*, p.98

violência. Assim como fala Caio¹⁰⁹ Prado Júnior (*apud* MARTINEZ, 2012), a ineficiência técnica revelava-se na enxada como instrumento de trabalho predominante e generalizado, na falta de iniciativas para irrigação e para a proteção do solo das chuvas e no trato das plantas, no emprego exclusivo da força física de homens e animais. Vimos que essas técnicas também foram utilizadas pelos imigrantes em São Leopoldo, a fim de estabelecer suas moradias e a produzir na colônia. O baixo nível técnico, sob o qual se desenvolveu a agricultura na colônia, completou o desgaste e a esterilização do solo. Esta seria a maior consequência do sistema extensivo implementado pela agricultura colonial.

Devemos, então considerar que o processo de interação e a relação de influências mútuas dos seres humanos com diferentes meios ambientais originaram consequências visíveis e isso é decorrente do processo de colonização. Queremos abordar nesse capítulo, de maneira breve, como o conjunto de elementos ambientais como as florestas, terra e rio montaram um cenário de colonização da paisagem, na região de São Leopoldo e quais as modificações que essa região de colônia e, posteriormente, centro urbano, causou no ambiente natural, conforme Márcio José Werle e João Klug em seu artigo *Reflexões de História Ambiental: relações entre o meio ambiente e construções socioculturais dos imigrantes alemães e seus descendentes* (WORSTER, v. 4, n. 8, 1991, p. 201) falam das questões ambientais presentes no processo de colonização e suas manifestações nas comunidades coloniais, sendo possível observar relações entre as recriações culturais dos imigrantes em seu estabelecimento ao meio natural brasileiro.

4.1 Degradação e Preservação, o Processo de Urbanização de São Leopoldo

Com o início do processo de urbanização da colônia de São Leopoldo, podem ser observadas várias transformações ambientais na região, como o desmatamento das árvores nativas, a vegetação, ocupação das margens do Rio dos Sinos e a poluição das águas, também a degradação e preservação dos banhados,

Quando a colônia alemã de São Leopoldo foi fundada, em 1824, segundo Ruckert¹¹⁰ em seu artigo *Degradação e preservação dos banhados do Rio dos Sinos na cidade de São*

¹⁰⁹ JUNIUR, *apud*, MARTINEZ, 2006, p. 77.

¹¹⁰ RUCKERT, Luciano Q. **História e memória do ambientalismo no vale do Rio dos Sinos**. Disponível em: <biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/historia%20memoria.pdf>.

Leopoldo – RS o Rio dos Sinos tornou-se o ponto de referência para a demarcação dos primeiros lotes concedidos aos imigrantes alemães e o uso de suas águas como via de navegação fluvial, foi fundamental para a prosperidade econômica da colônia, mas a excessiva proximidade do rio também gerou problemas para os imigrantes que passaram a conviver com o fenômeno natural das cheias do rio.

Desde a fundação de São Leopoldo, o Rio dos Sinos participava do dia a dia de milhares de pessoas que consumiam sua água, alimentava-se dos seus peixes, exploravam a areia e o barro do seu leito, navegavam pelo seu curso, banhavam-se nas suas praias e, apesar de receberem do rio tantas coisas boas, contaminavam suas águas com resíduos domésticos ou industriais e avançavam sobre suas margens. Marluza Harres¹¹¹ & Fabiano Rückert em seu artigo *A conquista e o controle das águas do rio dos Sinos (2011)* que na maior parte do tempo, o rio foi um espectador passivo do crescimento demográfico e da expansão urbana de São Leopoldo.

As cidades do Vale dos Sinos foram construídas sobre rios e arroios, e as enchentes sempre foram um problema corriqueiro nos relatos dos intendentes e moradores. Esse problema agravou-se, pois a qualquer chuva forte que dure dias, as cidades no entorno do Vale dos Sinos são afetadas. Em São Leopoldo, o rio foi separado através da construção da Praça do Imigrante e posteriormente criado o sistema de controle de cheia.

Para o controle e uso das águas das cheias do Rio dos Sinos foi feita a construção do sistema de contenção de cheias desse rio que, conforme Harres¹¹² & Rückert (2011) é uma obra que provocou um grande impacto na paisagem da cidade e alterou a dinâmica natural das águas do rio. Os mesmo autores falam que as mudanças no nível do Rio dos Sinos são periódicas e anualmente as águas sobem nos meses mais chuvosos, provocando a cheia do rio, e descem nos meses de estiagem. De acordo com os autores:

O fenômeno de uma enchente possui dimensões maiores e surge como resultado de uma complexa combinação de fatores em parte naturais (como volume e a intensidade das chuvas, os ventos e o relevo de uma determinada região) e em parte gerados pelo homem através de ações como a degradação da mata ciliar e a intensificação dos processos de erosão. Na história de São Leopoldo, as três maiores enchentes ocorreram nos anos de 1941, 1965 e 1967. (HARRES, 2011, p. 60).

Outro aspecto relevante nesse contexto de preservação e degradação do ambiente são os banhados do Rio dos Sinos que foram gradualmente ocupados pela população mais pobre

¹¹¹ HARRES, Marluza; RÜCKERT, Fabiano Quadros. **A conquista das águas do Rio dos Sinos**. 2011.

¹¹² *Ibidem*, p. 60.

da cidade. Os banhados também eram utilizados como depósito de lixo, conforme Rückert¹¹³, a entidade AGAPAN denunciou a existência do risco de poluição do lençol freático e de proliferação de doenças e cobrou do poder público providências a respeito do assunto. Conforme o mesmo autor, existia, vários depósitos de lixo nas áreas de banhados e dois deles eram usados pela própria prefeitura, um no Banhado São Miguel, e outro no final da Avenida Dom João Becker, onde hoje está construído o Ginásio Municipal. O embate entre os ambientalistas e a Prefeitura prolongou-se por anos recebendo atenção da imprensa e culminando com intervenções judiciais acionadas pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo Ministério Público.

Mais adiante no decorrer dos anos 80, a preservação dos banhados continuou a pauta de reivindicações do movimento ambientalista de São Leopoldo. Também o lixo nas margens do rio foi atacado pela União Protetora do Ambiente natural (UPAN), explorando possibilidades de mover ações contra as autoridades públicas, cobrando das autoridades o cumprimento da legislação ambiental.

Para compreendermos melhor a importância de São Leopoldo, devemos considerar que esse município foi o núcleo inicial da colonização alemã no Rio Grande do Sul e que São Leopoldo ocupava uma posição privilegiada, atuando como centro do comércio entre a capital da província e as novas colônias. Desde seus primórdios de ocupação, São Leopoldo possui fortes vínculos com as águas do Rio dos Sinos, e o processo de formação está diretamente ligado ao ecossistema do rio; Rückert comenta que, em 1946, o povoado local foi elevado à categoria de Vila, passando a ter uma Câmara de vereadores com sete membros, posteriormente, em 1864 tornou-se uma cidade e o número de vereadores, foi ampliado para nove. O mesmo autor esclarece que nas Atas da Câmara de vereadores referentes ao período imperial da cidade, encontramos diversas referências ao problema das “águas estagnadas”, dos “terrenos alagados” e das “várzeas” que reduziam a área de cultivo e dificultavam a construção e a conservação das estradas.

Nas primeiras décadas da história de São Leopoldo elevada à condição de cidade, no ano de 1864, diante das condições hidrográficas naturais e do expressivo volume de chuvas da região, afirmam Marluza Harres e Fabiano Rückert em seu artigo *A conquista e o controle das águas do rio dos Sinos* (2011, p. 56) que o abastecimento de águas estava longe de ser um problema relevante dos atuais e a inexistência de uma rede de abastecimento regular de água era a regra geral para a maior parte das cidades brasileiras do período imperial. Provinciar a

¹¹³ *Ibidem*, p. 11.

água necessária para o consumo do mestiço e observar a qualidade dessa água eram responsabilidades que pertenciam aos habitantes da cidade e não ao poder público. Mas essa situação começou a se modificar ainda no século XIX, quando as autoridades políticas e científicas perceberam que a manutenção da saúde pública dependia do controle da poluição hídrica e passaram a dedicar maior atenção aos problemas sanitários, especialmente nas áreas urbanizadas, de acordo com os autores:

A necessidade de água para as atividades domésticas e para o funcionamento da agricultura e da criação de animais reforçava a importância de proibir os desvios e o represamento dos cursos da água. Criava-se então um padrão de uso da água com a prioridade de evitar “prejuízos dos vizinhos” e garantir a conservação das fontes e vertentes. (HARRES, 2011, p. 57).

No final do século XIX, a cidade de São Leopoldo demonstrava falta de canalização do esgoto, conduziam mal os recursos hídricos. Conforme Fabiano Rückert e Marluza Harres, o município normatizou o uso das águas através do Código de Posturas através da fiscalização, proibindo o estrago dos recursos naturais, com a finalidade de criar um padrão para o uso da água. (RÜCKERT; HARRES, 2011, s.p.).

Nesse contexto, abordamos as relações historicamente construídas entre os habitantes da cidade e o rio, da atuação do poder público como ação entre a sociedade e as águas dentro dessa perspectiva, irá falar das principais transformações ambientais que essa região sofreu com o processo de colonização alemã e formação da cidade de São Leopoldo, dentre as transformações, a relação da cidade com Rio dos Sinos. Portanto verificamos que o uso das águas captadas de rio e arroios, conforme integram o campo de ações e responsabilidades assumidas pelo poder público, que poderíamos classificar dentre as primeiras e marcantes experiências de políticas voltadas às questões ambientais.

Nos centros urbanos, a dinâmica do uso das águas aparece inicialmente impulsionada pelas questões de saúde e higiene da população, especialmente, no que se refere ao abastecimento da água potável, pois de acordo com Harres¹¹⁴ e Rückert (2011), a distribuição de água potável para todas as moradias é uma medida administrativa de grande alcance e importância, matriz das primeiras preocupações com a preservação ambiental. Se o abastecimento caracteriza um tipo de intervenção do poder público, outra será a forma assumida diante do problema das enchentes do rio dos Sinos. Conforme os mesmos autores, a estruturação da cidade às margens do Rio, ocupando espaço significativo de sua vazão

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 55.

natural, acabou gerando conflitos, pois no espaço urbano aconteciam com frequência enchentes que demandaram a participação da comunidade e do poder público na busca pelo controle das águas. Essas duas formas de intervenção, a conquista, materializada no serviço de abastecimento, e as tentativas de controle sobre a dinâmica do rio, são pontos importantes para a compreensão das relações da comunidade com o rio. Dentro desse contexto, é importante ter presente o papel do poder público na gestão dos recursos naturais existentes no município, e a forma com que essa questão será vista pelas autoridades políticas.

O porto do Passo do Mundo Novo, às margens do Rio dos Sinos era muito importante para a atividade de comércio na região do Vale dos Sinos, pois era a principal via de escoamento das mercadorias. (figura 10).

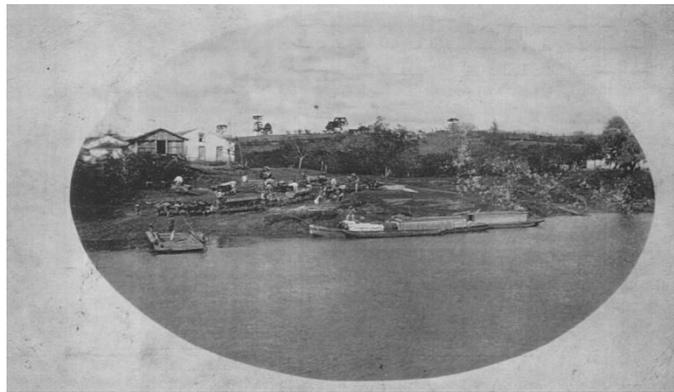


Figura 10 - Passo do Mundo Novo – Taquara – Início do século XX.
Fonte: REINHEIMER, 2010, p. 277.

O plantio de bosques caracterizava-se pela necessidade de madeira, tanto para a produção de energia como também de barcos.

A área urbana de São Leopoldo, que iniciou a partir da margem do rio junto ao seu porto, começa a tornar-se foco de modernização, o comércio se expande e aos poucos o ambiente natural vai sendo domesticado. A paisagem natural aos poucos, vai dando espaço à paisagem cultural, das casas, vilas, comércio, ruas, praças etc.

A construção da Vila de São Leopoldo ocorreu com a chegada dos imigrantes alemães que, ao chegarem à região, encontraram as matas fechadas e que, com o passar do tempo, os imigrantes e seus descendentes foram modificando esse ambiente, derrubando árvores até tomar o espaço em novo lugar para morar. Nesse processo, densas florestas entremeadas por áreas de campo e caracterizadas por uma enorme biodiversidade deram lugar a um cenário colonial não apenas multiétnico, mas devastador do ponto de vista ecológico. No entanto, é importante ressaltar que não se pretende taxar os colonos como “culpados” pela

devastação das áreas verdes no Estado. A maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar futuros problemas de ordem ecológica.

Diante desse contexto de ocupação das novas terras em São Leopoldo, podemos verificar que havia uma grande vegetação, formada por árvores enormes e também um grande número de espécies de animais. Além das gigantescas árvores nativas, a flora regional incluía ainda milhares de outras espécies, o viajante francês Arsène¹¹⁵ Isabelle deixou registrada parte dessa diversidade. Conforme Arsène, (1983, *apud* BUBLITZ, 2008) além dessas árvores de maior porte, cujos troncos exibiam um emaranhado de cipós e trepadeiras, difundia-se uma densa vegetação rasteira e arbustiva, composta de milhares de espécies, quase impenetrável e, às vezes, repleta de espinhos. Para completar tamanha biodiversidade, difundia-se ao longo de grandes vales, morros e escarpas rochosas – marcas, enfim, de um relevo na sua maior parte acidentado. Tratava-se, em geral, de uma área de difícil acesso para os colonos, era uma região, além de tudo entrecortada por rios caudalosos e encachoeirados em sua maior parte. Podemos dizer que, nos dias atuais, não encontramos mais esse cenário natural na região de São Leopoldo, pois com o processo de ocupação dessas terras, tudo se modificou e se transformou, através da devastação das árvores nativas, queimadas, as novas técnicas de cultivo na agricultura, a ocupação as margens do rio e a urbanização.

No processo de urbanização de São Leopoldo, a produção de produtos é diversificada, embasada na ideia de trabalho, conforme Fernandes em seu artigo *Pelos caminhos da rua grande (2011)* São Leopoldo registrava o reflorestamento como outra ponta de produção, pois a lenha era uma forma de produção de energia e combustível: cultivava-se acácia negra e eucalipto. Esse cenário urbano faz com que gradativamente a paisagem cultural ganhasse espaço em relação à paisagem natural, através das construções de casas, prédios, praças e ruas (figura 11).

¹¹⁵ ISABELLE, *apud*. BUBLITZ p.323-340



Figura 11 - São Leopoldo, 29/06/1934.

Fonte: MÜLLER, Telmo. **Imigração Alemã sua presença do RS há 180 anos.** 2005, p. 60.

Diante disso, é possível verificar que as experiências de colonização realizadas em São Leopoldo foram predatórias em termos ambientais, no que se refere à relação colono e natureza, pois foram identificadas várias modificações ambientais ocorridas nessa região. Através de pesquisa e de métodos mais sofisticados, é possível identificar cada sequela deixada pela devastação e as consequências de degradação ambiental para as gerações futuras. Surge então a necessidade de alerta para esses aspectos do processo histórico, buscando estabelecer uma relação positiva entre o passado e um futuro sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de nossa pesquisa, concluímos que o projeto de imigração e colonização alemã, na região de São Leopoldo, contribuiu para o desenvolvimento econômico, político e social da região. Essa relação entre colono e natureza colaborou, sem dúvida, para as alterações ambientais sofridas nessa região ocupada e que trouxe sérias consequências para o meio ambiente nesse processo histórico como a modificação do espaço natural e da paisagem.

Com base no que foi demonstrado no desenvolvimento dessa pesquisa, a História Ambiental não oferece somente novos caminhos para pensar a História, mas também novas formas de pensar e agir não sobre, mas com a natureza. A exploração florestal e obtenção de biomassa, colonização e desmatamento, recursos hídricos e energia, água e migrações humanas, consumo de combustíveis fósseis, poluição ambiental e urbanização contribuem para a modificação do espaço natural. A História Ambiental contribui para o debate sobre as relações entre os homens e a natureza, tornando possível perceber a historicidade de nossas práticas, assim como a possibilidade de transformá-las. Durante a colonização, houve uma redução da biodiversidade e mesmo extinção de espécies nativas em determinadas regiões, além de poluição, despreocupação com a natureza.

Os elementos argumentativos fundamentados em suporte bibliográfico nos mostram que a justificativa para essa forma de ocupação priorizada pelo projeto imigrantista a ser aplicado no Rio Grande do Sul vinha da necessidade de se modernizar a produção e o trabalho no Brasil. Diante de inúmeros desafios, a imigração alemã foi uma opção geopolítica e socioeconômica de grande envergadura por parte de seus investidores.

Verificamos que a colônia de São Leopoldo contribuiria com a modernização da produção e atenderia ao mercado interno na forma de economia subsidiária. São Leopoldo foi, portanto, a primeira colônia de origem alemã a ser instalada no Rio Grande do Sul e esta inserida na macro-história do Brasil como parte da história sulina. Apresenta ainda como fator modernizador a mão de obra no Brasil e se tornou, mais tarde, o ponto abastecedor, celeiro do centro norte do estado. Foram justamente esses fatores que levaram a ter seu espaço natural modificado ao longo do processo de ocupação alemã, que compreende de 1850-1900.

Portanto, na colônia de São Leopoldo, parte do mato foi removida pelo trabalho humano com o uso do machado e do fogo e, nas terras férteis das roças novas, desenvolveu-se uma agricultura destinada à subsistência e ao abastecimento do mercado que utilizava o trabalho familiar e ferramentas manuais. Também diversas espécies de animais como a anta, a

onça pintada, o veado e o tamanduá tiveram sua população drasticamente reduzida, pois foram mortas em caçadas, eliminadas porque eram consideradas perigosas, ou tiveram sua reprodução e manutenção inviabilizadas pelas mudanças ambientais.

Podemos dizer que o processo de colonização alemã, no Rio Grande do Sul, contribuiu para o surgimento de um impacto ambiental nessas regiões de ocupação. Em termos de ecologia humana, houve uma drástica redução demográfica das populações nativas, e em termos de biomas, inúmeros foram reduzidos ou mesmo extintos. Florestas inteiras foram devastadas e substituídas pelas monoculturas, como a do açúcar e do algodão. Apesar das duas diferenças históricas e sociológicas, é certo que a colonização promoveu um impacto ambiental ainda pouco avaliado.

Com base no que foi demonstrado nessa pesquisa podemos concluir que, o desmatamento das florestas nativas, as queimadas, a ocupação do solo para agricultura, o povoamento às margens do Rio dos Sinos, a extinção de espécies de animais, a degradação da fauna e flora, a degradação dos banhados, as enchentes e cheias do Rio dos Sinos foram as principais causas das modificações ambientais ocorridas na região de São Leopoldo. A história do processo de imigração e colonização dos colonos alemães, na região de São Leopoldo, é relativamente bem conhecida, sob os mais diversos aspectos, também novos estudos estão sendo realizados no que se refere às questões ambientais.

Verificamos que, desde a fundação de São Leopoldo, o Rio dos Sinos participava do dia a dia de milhares de pessoas que consumiam sua água, alimentavam-se dos seus peixes, exploravam a areia e o barro do seu leito, navegavam pelo seu curso, banhavam-se nas suas praias. A navegação fluvial, tanto para a prática do comércio como para o transporte de passageiros, era realizada por imigrantes alemães e seus descendentes ou pessoas ligadas à região colonial.

Percebemos que houve alteração dos recursos naturais, o que proporcionou um ambiente natural comprometido, sendo alvo de poluição e constante degradação, também alvo de preocupação para ambientalistas que se manifestam a favor da preservação do meio ambiente e as gerações futuras que irão sofrer os efeitos de uma natureza afetada pelo homem.

Foi possível observarmos, também, através do relato dos viajantes, como o francês Arsène Isabelle, como se encontrava a paisagem natural de São Leopoldo, durante a ocupação e colonização alemã, pois os colonos estabelecidos, nas áreas florestais, empreenderam o desmatamento e as queimadas para fins de cultivo, desde esse momento começa a modificar o espaço natural. Também verificamos a importância da navegação fluvial, a degradação da mata ciliar do rio, através da ocupação de suas margens. Essa mata ciliar foi gradativamente

destruída com a colonização alemã, pois acreditavam que deveriam ficar às margens de um rio navegável que “corra nas suas terras” isso seria favorável para a irrigação da terra.

Diante disso, concluímos que, o desmatamento contínuo, para fins diversos, como o assentamento dos colonos, o desenvolvimento da agricultura, abertura de vias de transporte, o comércio e a exploração da madeira com a finalidade energética e de marcinaria foi constante e inerente ao empreendimento colonizador. A eco-história, por sua vez, pode contribuir para uma visão menos “naturalista” dessa área de colonização e imigração.

Nesse sentido, a pesquisa permite uma reflexão crítica sobre o uso e apropriação dos recursos naturais durante a colonização, atribuindo-lhe a devida responsabilidade pela disponibilidade de recursos atuais. A partir disso, podem rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas historicamente como ecológicas.

Se a historiografia regional tem submetido à questão ambiental, a eco-história da colonização alemã em São Leopoldo pode representar um início no sentido de buscar novas perspectiva de estudo, levando em conta as interações entre os indivíduos e o meio ambiente.

Verificamos que, além do conhecimento e da compreensão do passado, é importante que a História Ambiental contribua para planejamento de ações do presente. Espera-se que a ciência histórica não se dedique exclusivamente ao que já aconteceu, mas que participe da construção da história do presente, para que possa haver uma relação entre as sociedades contemporâneas e a natureza, visando construir atitudes conscientes de preservação do meio ambiente.

Realizar essa pesquisa foi muito gratificante para nós, pois percebemos, ao longo de nossa investigação, como ocorreu o processo de ocupação e colonização alemã em São Leopoldo e as diferentes formas de interação humana com o meio ambiente que acabam se refletido no ecossistema, proporcionando as modificações no espaço natural.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- AVÉ-LALLEMANDT, Robert. **Viagem pela província do Rio grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1980.
- BERNARDES, Fernando Frederico. **(Meio) Ambiente: Quebrando Paradigmas na literatura e no Ensino da Geografia e da Biologia – Resultados Preliminares**. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT4/tc4%20\(68\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT4/tc4%20(68).pdf)>. Acesso em: 12 set 2013.
- BESCHOREM, Maximiliano. **Impressões de viagem pela província do Rio grande do Sul (1858)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord); Piccolo, HELGA S. L.; PADOIM, Maria Medianeira (Dir). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Ambiente e Sociedade. Campinas. v. XI, n. 2, p. 323-340, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- COMITÊSINOS 10 ANOS. **Um divisor na política das águas no RS**. 1998. Disponível em <<http://www.comitesinos.com.br/rio/informações.htm>>. Acesso em: 12 set 2011.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ Juliana. **Terra de promessa: uma introdução a eco-história no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.
- CORRÊA, Soraya. Um estudo crítico da relação entre o ser humano e a natureza: Possibilidades para a fundamentação de uma Educação Ambiental. **Efdeportes**, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 15, n. 143, abr. 2010.
- DACANAL, José Hildebrando. (Org.) **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DREHER, Martin N. **O desenvolvimento econômico do Vale dos Sinos**. In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Org.) **Pelos caminhos da rua Grande História(S) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. **A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

ECKERT, José Paulo. **O povo dos herveas: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900).** 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. *In:* Klug, João; NODARI, Eunice Soeli. **História ambiental e migrações.** São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 167-197.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América.** São Paulo: EDUSP, 2000.

FERNANDES, Doris Rejane. Pelos caminhos da Rua Grande: da colônia à cidade. *In:* ARENDT Isabel C.; WITT, Marcos (org.) **Pelos caminhos da Rua Grande História(s) da São Leopoldo Republicana.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

FERNANDES, Evandro; NEUMAN, Rosane Márcia; WEBER, Roswithia. (Orgs). **Imigração: Diálogos e novas abordagens.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

GERHADT, Marcos. Colonos ervateiros: História Ambiental e Imigrações no Rio Grande do Sul. Revista Esboço, Florianópolis, v. 18, n. 25, p.7395, 2011. Disponível em: <<http://150.162.2.225/index.php/esboços/article/view/21588>>. Acesso em: 19 out. 2013.

GERTZ, René (Dir.); BOEIRA, Nelson (Coor.). **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar.** v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GRSSELER, Paulo. Os velhos Gresseler. Candelária: tipografia Francisco Schmidt, 1949. *Apud* BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Ambiente e Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, 2008.

HARRES, Marluza Marques; RUCKERT, Fabiano Quadros. A conquista e o controle das águas do Rio dos Sinos. *In:* ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Org.) **Pelos caminhos da Rua Grande História(s) da São Leopoldo Republicana.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

ISABELLE, Àrsene. **Viajem ao Rio Grande do Sul, 1830-1834.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1883.

JÚNIOR, Castro Becker (Colab.) **Almanaque do Rio dos Sinos,** Novo Hamburgo: Grupo Sinos, 2011.

LALLEMANT, Robert Avé. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: paralelo15, Universidade de Brasília, 1999.

LOBATO, Marcos. **História Regional**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOEHLECHE, Germano Oscar. **São Leopoldo contribuição à História da vida política e administrativa (1824-2010)**. São Leopoldo: Oikos 2011.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **O Vale dos Sinos era assim**. São Leopoldo: Rotermund, 1978.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. *In: DACANAL, José Hildebrando. (Org.). RS: Imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã 160 anos de História**. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Imigração e colonização: sua presença no RS há 180 anos**. São Leopoldo: EST, 2004.

MÜLLER, Telmo. **Imigração Alemã sua presença**. Do RS há 180 anos. Porto Alegre: EST, 2005.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Ana Terra, 2004.

NODARI, Eunice Soeli; KLUG, João. (Orgs). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, USP, v. 24, n. 68, 2010, p.81-101.

PAIVA, Carlos Águedo. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. *In: PETRY, Leopoldo. São Leopoldo: berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Prefeitura de São Leopoldo, 1964.

PETRY, Leopoldo. **Novo Hamburgo: florescente município do Vale dos Sinos**. São Leopoldo: Rotermund, 1963.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. *Apud* MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMBO, Arthur Blasio. **Às sombras do Carvalho**. São Leopoldo: Nova harmonia, 2004. *Apud* BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, 2008.

RAMBO, Arthur Blasio. Imigração alemã. *In*: Enciclopédia Riograndense. O Rio Grande antigo. Canoas: Regional, 1956. *Apud*. BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, 2008.

RAMBO, Arthur Blasio. **O Associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. São Leopoldo: Eduni/Sul, 1988.

RAMOS, Marília Patta; WTTMANN, Milton Luiz. (Org.) **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. p. 37-79. Santo Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

RAUBER, Alexandre. **Departamento de Geo-processamento** da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2004, com dados adaptados de Bernardes (1987) e RadamBrasil 1996, *apud* BUBLITZ (2006).

REINHEIMER, Dalva *et al.* **Caminhando pela cidade apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos**. Porto Alegre: Evan Graf, 2011.

REINHEIMER, Dalva Neraci. **As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)**. Tese de pós-graduação pela Unisinos, São Leopoldo, 1999.

REINHEIMER, Dalva. **A navegação fluvial na República Velha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, Dalva. A Princesa do Rio dos Sinos: A navegação no Rio dos Sinos e a inserção de São Leopoldo no processo político e econômico do estado (1889-1930). *In*: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos. (Org.) **Pelos caminhos da Rua Grande História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: Imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. Lajeado: 2013. Disponível em: <<http://hdl.net/10737/330>>. Acesso em: 19 out. 2013.

RIBEIRO, Job Antonio Garcia. **Ecologia, Educação Ambiental, Ambiente e Meio Ambiente: Modelos conceituais e representações mentais**. Disponível em: <http://www.academia.edu/2899078/Ecologia_Educacao_ambiental_ambiente_e_meio_ambiente_modelos_conceituais_e_representacoes_mentais>. Acesso em: 11 set. 2013.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. v. II. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUCKERT, Luciano Quadros. **História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos**. Disponível em: <biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/historia%20memoria.pdf>. Acesso em: 14 nov 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SAKLI, Letícia; WAGNER, Lucrecia S. **Revista Latino-Americana de História**. v. 2, n. 8, out. 2013.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985. *Apud*. REINHEIMER, Dalva. **As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: Estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)**. Tese de pós-graduação pela Unisinos, São Leopoldo, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: Da crítica geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Os bairros de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo: 2001.

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Novo Hamburgo: Sua história, sua gente**. Novo Hamburgo: Pallotti, 2001.

SIGNIFICADOS. O que é Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/meio-ambiente/>>. Acesso em: 11 set. 2013.

SILVA, Clorildes Lessa; ARAÚJO, Daniel. (Orgs.) **Educação Ambiental: competências para o atuar docente** Porto Alegre: Senac EAD, 2008.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. *In*: AUCH, Cláudia ET.; VASCONSELLOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: Cultura, etnicidade, história**. Canoas: ULBRA, 1994.

UMANN, J. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: EST, 1981. *Apud*. BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, 2008.

VESCE, Gabriela E. Possolli. Povos Germânicos. **Infoescola**, História. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/povos-germanicos>>. Acesso em: 6 set. 2013.

WIKIMEDIA COMMONS. **Alemães 2.jpg**. Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alem%C3%A3es2.jpg>>. Acesso em: 3 nov 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio grande do Sul. *In*: NODARI, Eunice Soeli; KLUG, João (orgs). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.